

EXAME PROLIBRAS

Ronice Müller de Quadros ♦ Júlio Felipe Szeremeta ♦ Edemir Costa ♦
Maria Luiza Ferraro ♦ Olinto Furtado ♦ João Carlos Silva

EXAME PROLIBRAS

Florianópolis
2009

© 2009 dos autores

Universidade Federal de Santa Catarina
Campus Universitário – Trindade
88010-970 – Florianópolis – SC
PABX (48) 3721-9000
www.ufsc.br

Direção editorial:
Paulo Roberto da Silva

Capa:
Maria Lúcia Iaczkinski

Editoração:
Daniella Zatarian

Ficha Catalográfica
(Catalogação na publicação pela Biblioteca Universitária da
Universidade Federal de Santa Catarina)

E96 Exame Prolibras / Ronice Müller de Quadros ... [et al.].
– Florianópolis, 2009.
85 p. : il.

Inclui bibliografia.

1. Linguagem de sinais. 2. Deficientes auditivos.
3. Surdos – Educação. 4. Língua brasileira de sinais –
Exames. I. Quadros, Ronice Müller de. II. Título.

CDU: 800 : 37

ISBN 978-85-60522-22-4

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra poderá
ser reproduzida, arquivada ou transmitida por qualquer meio ou forma sem
prévia permissão por escrito dos autores.

Impresso no Brasil

SUMÁRIO

PREFÁCIO	7
INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO 1 – EXAME PROLIBRAS: CONTEXTUALIZAÇÃO	23
1.1 Histórico e apresentação do exame Prolibras.....	23
1.2 Processo de avaliação do exame Prolibras.....	35
CAPÍTULO 2 – LOGÍSTICA DE APLICAÇÃO DOS EXAMES PROLIBRAS	41
2.1 Elaboração e publicação de editais	41
2.2 Processo de inscrição.....	42
2.3 Infraestrutura para realização do exame.....	43
2.3.1 Espaço físico.....	43
2.3.2 Equipamentos	45
2.3.3 Recursos humanos para a aplicação das provas	46
2.4 Elaboração, impressão/gravação, aplicação e processamento da prova objetiva.....	48
2.5 Elaboração, gravação, aplicação e correção da prova prática.....	49
CAPÍTULO 3 – PROLIBRAS EM NÚMEROS.....	53
3.1 Dados relativos às inscrições no Prolibras.....	53
3.2 Dados relativos ao desempenho global dos candidatos no Prolibras	55

3.2.1	Desempenho na primeira etapa – prova objetiva.....	55
3.2.2	Desempenho na segunda etapa – prova prática.....	56
3.3	Dados relativos à participação e ao desempenho dos candidatos, segundo a condição auditiva	58
3.3.1	Candidatos inscritos.....	58
3.3.2	Candidatos habilitados.....	60
3.3.3	Candidatos aprovados	61
3.4	Participação e desempenho no Prolibras, por região geográfica	64
3.4.1	Candidatos inscritos.....	64
3.4.2	Candidatos habilitados.....	66
3.4.3	Candidatos aprovados	66
3.5	Participação e desempenho no Prolibras, por local de prova	69
3.6	Participação e desempenho no Prolibras, por sexo	73
3.7	Participação e desempenho no Prolibras, por cor/raça	74
3.8	Participação e desempenho no Prolibras, por idade.....	78
3.9	Números finais	79
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	81
	REFERÊNCIAS	85

PREFÁCIO

Recebi um convite para escrever o prefácio deste livro. Foi uma tarefa agradável em face do assunto de que trata. O livro *Exame Prolibras* vem contar como é a organização da certificação de proficiência na língua brasileira de sinais, o Exame Prolibras. Como acontece o processo de preparação de suas etapas para os dois tipos de certificação que está voltado: professor e intérprete de libras. O exame Prolibras acontece em um momento de grande mudança e valorização da língua de sinais dos surdos brasileiros. Antes dele, a língua de sinais era vista como apenas uma ferramenta de instrução e comunicação. Depois do Prolibras, um exame realizado em todos os estados brasileiros mudou a percepção de muitas pessoas, e os educadores de surdos começaram a estudar e aprofundar seus conhecimentos sobre a língua de sinais. Antes não era assim, sempre havia pouco interesse pela língua de sinais. O Prolibras foi uma grande revolução que fez reconhecer e enaltecer a importância da Libras.

Foram muitos os comentários sobre a prova em língua de sinais. Assistir ao vídeo em Libras foi uma grande surpresa, as pessoas surdas ficaram muito felizes. Para os ouvintes, apareceram dificuldades, pois estavam acostumados com as provas escritas em português. Houve choros, reclamações e

novos desafios na primeira prova do Prolibras/2006. Para nós, os surdos, há muitos anos na educação, sempre escrevíamos e líamos em português, mas as palavras nunca traziam a certeza. As palavras pareciam perdidas. Olhando o vídeo em língua de sinais o pensamento muda e tudo fica claro. Foram grandes as experiências vividas e pensadas no Prolibras.

A partir dele, a comunidade surda começou a cobrar outras provas em língua de sinais e sempre apontava: se a UFSC e o Prolibras aceitaram e respeitaram a língua de sinais por que nos outros lugares não se pode fazer o mesmo? Lembrando que hoje não há mais a proibição da língua de sinais e sim a obrigação de se aceitar o uso da língua.

A preparação e execução do Prolibras é um trabalho feito a muitas mãos, mãos dos surdos e dos ouvintes. Um trabalho em que o preconceito ficou fora. Ele amplia o uso da tecnologia adaptada à língua de sinais e mostra as possibilidades que ela trouxe para a população surda, pois permite trabalhar muito bem com o visual. Todo o trabalho é executado com rigoroso cuidado técnico para que os examinados possam ter ideia exata dos rápidos movimentos de corpo e mãos que cada sinal faz aparecer e desaparecer.

O livro que apresentamos é, sem dúvida, mais uma valiosa contribuição da COPERVE e da UFSC ao trabalho acadêmico e científico em nosso país e, também, para a educação dos surdos tanto no Brasil como fora dele, por ser um recurso criativo e inovador que utiliza as novas tecnologias postas a serviço de uma visão pedagógica que respeita os surdos em sua especificidade.

Marianne Rossi Stumpf
Professora da UFSC

INTRODUÇÃO

No caso dos surdos, faz-se necessário franquear-lhes a palavra, quer dizer, antes de escreverem nosso idioma, deveriam poder se narrarem em sinais, e suas narrativas precisariam ser acolhidas por uma escuta também em sinais. (SOUZA, 2000, p. 92)

O exame Prolibras é um exame de proficiência que objetiva certificar instrutores e professores de língua de sinais e tradutores e intérpretes de língua de sinais. O presente livro objetiva apresentar o processo de elaboração do exame, a sua execução incluindo a logística, o processo de avaliação e os dados dos exames Prolibras/2006, Prolibras/2007 e Prolibras/2008.

Neste capítulo, preocupamo-nos em apresentar uma breve descrição da língua brasileira de sinais, do professor e do tradutor/intérprete de língua de sinais. O objetivo desta introdução é situar os leitores quanto à língua a qual o exame se propõe a avaliar e os profissionais que o exame pretende certificar.

A LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS – LIBRAS¹

As línguas expressam a capacidade específica dos seres humanos para a linguagem. A raça humana privilegia tanto a questão da linguagem, isto é, a linguagem é tão essencial para o ser humano que, apesar de todos os empecilhos que possam surgir para o estabelecimento de relações através dela, os seres humanos buscam formas de satisfazê-la. As diferentes línguas existentes em nosso planeta expressam muito mais do que essa capacidade para a linguagem, expressam as culturas, os valores e os padrões sociais. Portanto, as línguas são epifenomenais, isto é, refletem uma multiplicidade de fatores que as tornam diferentes e são a característica intrínseca de um grupo social específico. Comentários a respeito das diferenças entre as línguas são muito comuns; por exemplo, a alemã apresenta características que favorecem o filosofar e a inglesa apresenta características que favorecem a objetividade.

Os idiomas podem ser expressos através de diferentes modalidades. Por exemplo, o português, o inglês, o espanhol são línguas orais-auditivas, já a língua de sinais americana, a língua de sinais brasileira e a língua de sinais espanhola são línguas espaciais-visuais. Independente das modalidades das línguas, essas expressam a faculdade da linguagem (CHOMSKY, 1995).

Skutnabb-Kangas (1994, p.152) apresenta os direitos humanos linguísticos:

- a) Todos os seres humanos têm direito de identificarem-se com uma língua materna(s) e de serem aceitos e respeitados por isso.
- b) Todos têm o direito de aprender a língua materna(s) completamente, nas suas formas oral (quando fisiologi-

¹ A sigla utilizada para identificar a língua de sinais brasileira sofreu uma série de mudanças ao longo de sua existência. De LSCB, língua de sinais dos centros urbanos brasileiros, para LSB, língua brasileira de sinais e para Libras, língua brasileira de sinais.

camente possível) e escrita (pressupondo que a minoria linguística seja educada na sua língua materna).

- c) Todos têm o direito de usar sua língua materna em todas as situações oficiais (inclusive na escola);
- d) Qualquer mudança que ocorra na língua materna deve ser voluntária e nunca imposta.

A Libras é a língua de sinais que se constituiu naturalmente na comunidade surda brasileira. As línguas de sinais de vários países foram preservadas e passadas de geração em geração através das associações de surdos e famílias de surdos. No Brasil, as associações de surdos sempre mantiveram intercâmbios possibilitando contatos entre surdos do país inteiro. As festas, os jogos, os campeonatos, as sedes organizadas por surdos são formas de interação social e linguística, garantiram a formação da comunidade surda brasileira com uma língua própria. O Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES – representou um importante instrumento de disseminação da Libras no país. Foi fundado em 1857 e desde esta data reuniu alunos surdos do país inteiro para garantir a escolarização. Como o INES funcionava em regime de internato, os alunos surdos se encontravam e utilizavam a Libras mesmo nos períodos em que as línguas de sinais foram banidas das escolas.²

Os dados sobre os surdos brasileiros evidenciam concentrações de surdos em grandes centros urbanos. Normalmente, nas grandes cidades, os surdos se organizam por meio de associações de surdos. Nessas associações, os surdos se encontram e fomentam a língua brasileira de sinais. O IBGE e o INEP apresentam alguns números que retratam a quantidade de surdos espalhadas pelo país, conforme o gráfico sintetiza a seguir:

² As escolas de surdos proibiram o uso das línguas de sinais em detrimento do uso da fala. A ideia era de que a linguagem fosse estabelecida por meio da fala. Assim, os alunos surdos eram proibidos de usar a sua língua. Este período foi um dos mais prejudiciais para o desenvolvimento educacional, social e cultural dos surdos do mundo inteiro.

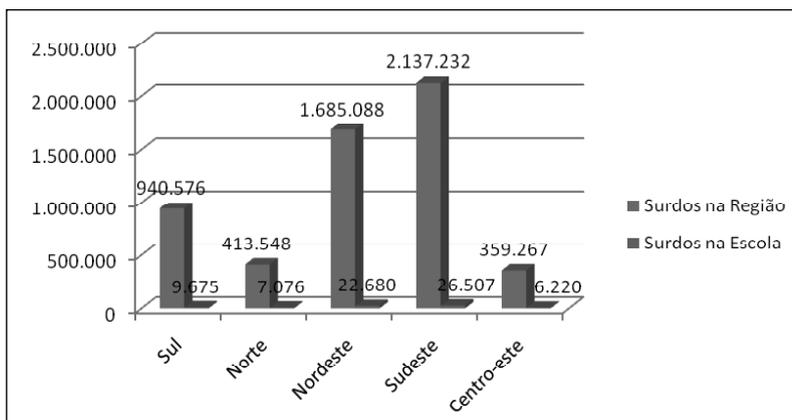


Gráfico 1 – A relação de surdos por região e por escolas

Fonte: IBGE/2000 e INEP/2005

Os estudos das línguas de sinais começaram a ser sistematizados nos Estados Unidos com a língua de sinais americana – ASL – na década de 1950. Willian Stokoe publicou, em 1965, uma descrição detalhada da formação dos sinais (STOKOE et al., 1976). Esse trabalho representou uma revolução social e linguística. A partir dessa obra, várias outras pesquisas foram publicadas apresentando perspectivas completamente diferentes do estatuto das línguas de sinais (BELLUGI; KLIMA, 1972; SIPLE, 1978; LILLO-MARTIN, 1986), inclusive no Brasil (FERREIRA-BRITO, 1995; QUADROS, 1997; QUADROS; KARNOPP, 2004). As publicações foram se tornando cada vez mais conhecidas culminando no reconhecimento linguístico das línguas de sinais no âmbito da Teoria da Gramática (CHOMSKY, 1995, p. 434). Chomsky fez uma anotação reconhecendo que o termo “articulatório” não se restringe à modalidade das línguas faladas, mas expressa uma forma geral da linguagem ser representada no nível de interface articulatório-perceptual incluindo, portanto, as línguas sinalizadas.

As línguas de sinais, assim como a Libras, apresentam todos os níveis de análise de quaisquer outras línguas, ou seja, o nível sintático (da estrutura), o nível semântico (do

significado), o nível morfológico (da formação de palavras), o nível fonológico (das unidades que constituem uma língua) e o nível pragmático (envolvendo o contexto conversacional).³ Quadros e Karnopp (2004) apresentam alguns aspectos linguísticos da Libras. As autoras apresentam o conjunto de unidades menores que compõem os sinais: pelas configurações de mãos (CM), pelas locações (L) e pelos movimentos (M).

A foto apresenta o sinal de BEBER que é feito na localização do rosto, mais especificamente no queixo indicado pela letra L. O movimento é indicado pela flecha indicando uma leve torção da mão para cima, representada pela letra M. A configuração da mão apresenta a forma com os dedos entreabertos em curva unidos formando um arco indicada pelas letras CM. Essa descrição entra no campo das unidades menores da língua sem significado; portanto, no campo da fonologia.

As autoras avançam no campo da morfologia descrevendo a formação de palavras e alguns processos de flexão e derivação na Libras. Por exemplo, as autoras mostram exemplos de formação de palavras por meio de empréstimo linguístico utilizando a soletração que motivou a formação de alguns sinais na Libras. O sinal NUNCA é formado desta forma e hoje é um item lexical que está perdendo quase que completamente a relação com as letras soletradas da palavra em português, hoje feito apenas com o movimento da configuração de mão N para cima e para baixo.

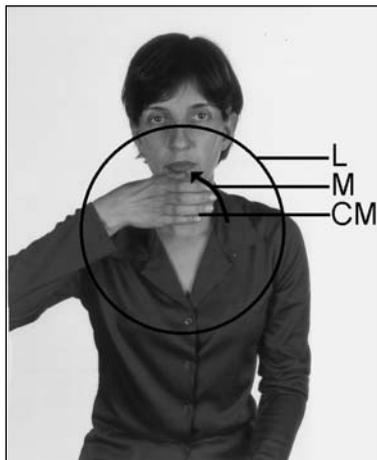


Foto 1 – Sinal de BEBER

Fonte: Quadros e Karnopp (2004, p. 51)

³ Para mais detalhes ver Ferreira-Brito (1995); Karnopp (1994), Quadros (1997, 1999) e Quadros e Karnopp (2004).



Foto 2 – Sinal de NUNCA

Fonte: Quadros e Karnopp (2004, p. 92)

As autoras também apresentam uma descrição da estrutura da Libras que é uma língua que tem como ordem básica da sentença a ordem Sujeito-Verbo-Objeto. Dessa ordenação são derivadas outras estruturas que vão depender de contextos linguísticos específicos para serem licenciadas. O estudo de Quadros e Karnopp é um exemplo que ilustra a complexidade linguística da Libras. As pesquisas que estão sendo produzidas com a Libras e com outras línguas de sinais juntamente com os movimentos sociais dos surdos fortalecem o reconhecimento das línguas de sinais.

A “permissão” do uso da língua de sinais nas escolas volta a acontecer nas décadas de 1980 e 1990. O movimento dos direitos humanos juntamente com os direitos linguísticos devolve aos surdos a liberdade de usarem a sua língua. No Brasil, a Lei 10.436/2002, chamada de Lei de Libras e o Decreto 5626/2005 que a regulamenta formalizam este reconhecimento dos direitos linguísticos dos surdos brasileiros. A Lei de Libras reconhece a língua brasileira de sinais usada nas comunidades surdas brasileiras:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais – Libras e outros recursos de expressão a ela associados.

Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais – Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema lingüístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema lingüístico de transmissão de idéias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.

As línguas de sinais passam a ser reconhecidas e fazem parte do desenvolvimento pessoal, social e educacional das crianças surdas brasileiras, ou seja, os cidadãos surdos começam a exercer seu direito à língua materna. O exame Prolibras é um dos desdobramentos desse reconhecimento. Na regulamentação da Lei de Libras, o decreto prevê uma série de ações para disseminar essa língua no país. Os alunos surdos brasileiros passam a ter direito de acesso à educação na Libras. O ensino da Língua Portuguesa é reconhecido como uma segunda língua para os surdos brasileiros e os cidadãos surdos passam a ter o direito de ter intérpretes de Libras. Os órgãos públicos devem garantir o acesso na Libras por meio da tradução e da interpretação. Esses desdobramentos mudam o *status* da Libras no país. Uma língua que ficava à margem, passa a ser conhecida entre todos os brasileiros, surdos e não surdos.

O PROFESSOR DE LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS

O professor de língua de sinais é um profissional que vai trabalhar com o ensino da Libras em diferentes contextos.

A comunidade surda não é formada somente por pessoas surdas. Os pais dos surdos, normalmente, não são surdos. Quando se pensa em garantir o processo de aquisição da linguagem das crianças surdas, conclui-se que isso só é possível acontecer de forma natural e espontânea através de uma língua de sinais. Os pais, os familiares, os amigos dessas crianças surdas também têm o direito de adquirir essa língua. O processo de aquisição dessas pessoas é um processo de

aquisição de segunda língua. Para que isso seja garantido, são necessários os professores de Libras. Nesse contexto, o professor de língua de sinais irá familiarizar a comunidade da criança surda com a língua de sinais. Ele vai ser um professor de segunda língua, ensinando a Libras para pessoas que têm o português como primeira língua.

Ainda como professor de Libras na perspectiva de segunda língua, os professores de Libras irão atuar nos cursos de formação de professores e nos cursos de fonoaudiologia, como previsto no Decreto n. 5.626/2005. A Libras deve entrar nos currículos dos cursos de formação. Portanto, este será um dos campos de atuação mais comum para o professor de língua de sinais. Ele estará ensinando a Libras para os futuros professores com o objetivo de situá-los a respeito dessa língua no contexto escolar.

Outro contexto será o de sala de aula. Os professores de Libras atuarão nas escolas públicas ensinando a língua de sinais no contexto escolar. Na sala de aula, eles estarão trabalhando com os alunos ouvintes a Libras na perspectiva de segunda língua. Eles ensinarão a língua de sinais para os colegas dos alunos surdos e para as pessoas que fazem parte das escolas que possuem alunos surdos.

Uma das atuações mais importantes dos professores de Libras está relacionada com o contexto da própria criança surda. Esse profissional estará envolvido com a aquisição da linguagem das crianças surdas e o ensino da Libras para os alunos surdos. Estes dois contextos envolvem a primeira língua dessas crianças. Assim, o professor de Libras poderá estar trabalhando com a Libras na perspectiva de primeira língua quando estiver atuando diretamente com os alunos surdos. A aquisição da linguagem na língua de sinais passa a ser trabalhada por professores de língua de sinais ou professores bilíngues, uma vez que os pais não são surdos e não conhecem a Libras. Os professores irão, portanto, criar ambientes linguísticos favoráveis para o desenvolvimento da linguagem nos

bebês surdos. Em relação ao ensino da Libras como primeira língua, está prevista a inclusão de Libras no currículo escolar. Para os alunos surdos, o ensino de Libras vai ser trabalhado por esse professor como uma primeira língua (ensino de língua materna⁴). Em Santa Catarina, o estado contrata professores de língua de sinais para atuar nesses contextos escolares. Quadros (2006) apresenta uma análise da inserção desse professor na escola, em especial, no contexto do ensino de Libras para os alunos surdos.

Os depoimentos dos alunos em relação à presença do professor surdo eram de muita satisfação. A própria professora reconhecia o valor desse momento, pois observava o quanto os alunos desfrutavam da relação com esse professor. Como são poucos instrutores e/ou professores surdos contratados para esta tarefa, eles acabam reduzindo o seu envolvimento com cada grupo. Dessa forma, continua-se a limitar o acesso dos alunos ao conhecimento em língua de sinais, pois o tempo é tão escasso para esta experiência e o professor ou intérprete domina tão pouco a língua, que o aluno continua a não ter modelos linguísticos adequados comprometendo, com isto, o seu processo de aquisição. Além disso, esse mesmo instrutor/professor teria a função de preparar o professor e o intérprete de língua de sinais, bem como ministrar os cursos para familiares. Nos cursos de capacitação de língua de sinais, todos os professores e intérpretes tiveram a oportunidade de ter contato com instrutores surdos, mas estamos referindo, aqui, o trabalho sistemático que envolve a periodicidade no próprio ambiente escolar. Esse esforço está previsto, mas não foram contratados os instrutores ou professores surdos para assumir essas funções. (QUADROS, 2006).

⁴ Ensino de língua materna é um termo usado para referir o ensino da língua que os alunos usam, ou seja, no caso das escolas brasileiras, o ensino da Língua Portuguesa nas escolas, pois essa é a primeira língua dos alunos.

O perfil do professor de língua de sinais é uma das questões que tem sido debatida no Brasil. Há um movimento da Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos no sentido de garantir que seja dada prioridade aos surdos no ensino da língua de sinais. Esse movimento se estendeu ao Decreto n. 5.626/2005 que inclui a prioridade aos surdos:

Art. 4º A formação de docentes para o ensino de Libras nas séries finais do ensino fundamental, no ensino médio e na educação superior deve ser realizada em nível superior, em curso de graduação de licenciatura plena em Letras: Libras ou em Letras: Libras/Língua Portuguesa como segunda língua.

Parágrafo único. As pessoas surdas terão prioridade nos cursos de formação previstos no caput.

Por que professores de língua de sinais “surdos”?

Os caminhos passam por formas surdas de pensar e significar as coisas, as ideias e os pensamentos, necessariamente na língua de sinais. Assim, os saberes surdos passam a ser visibilizados. Esses processos desencadeiam o *empoderamento* dos surdos.

O professor de língua de sinais assume o papel do integrador nas escolas, com a tarefa de orientar os professores e a comunidade escolar quanto à língua de sinais e às formas de ensinar e aprender dos alunos surdos. É uma tarefa que está diretamente relacionada com os próprios surdos. As experiências visuais, as diferenças marcadas pela visualidade da língua de sinais e as formas de organizar o pensamento nessa língua passam pela forma de ser surdo. Assim, os surdos que têm estas experiências e se formam na área são as pessoas mais indicadas para assumir esse tipo de tarefa. Já tivemos experiências de ensino da Libras na Universidade Federal de Santa Catarina e verificamos que os professores de língua de sinais surdos conseguem passar a experiência visual de uma forma diferente dos professores ouvintes. O fato de ser surdo

por si só já traz uma vivência das relações com surdos para os alunos tanto no contexto de segunda língua, como no contexto de primeira língua. As experiências surdas vão além da língua e os professores surdos as trazem consigo mesmos. Eles vivem essas experiências surdas ao darem suas aulas. A oportunidade dos alunos terem contato com os professores surdos é ímpar para a sua formação.

O TRADUTOR-INTÉRPRETE DE LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS

O tradutor-intérprete de língua de sinais é um profissional que atua na tradução e/ou interpretação da Libras e da Língua Portuguesa. Esses profissionais atuam basicamente em três diferentes campos de trabalho:

- a) intermedia a comunicação entre as pessoas surdas usuárias de Libras e as pessoas ouvintes usuárias da Língua Portuguesa em diferentes contextos;
- b) traduz os textos da Libras para a Língua Portuguesa e os textos da Língua Portuguesa para a Libras;
- c) auxilia no esclarecimento da forma escrita produzida pelos surdos em quaisquer contextos que se façam necessários (concursos, avaliações em sala de aula, documentos, etc.).

Interpretação envolve textos “orais” (aqui, “orais” como aqueles textos que estão sendo produzidos tanto no português falado, como na língua de sinais “sinalizados”). Interpretação envolve tanto a da Libras sinalizada para o Português falado quanto do Português falado para a Libras sinalizada. Tradução envolve textos “escritos”. Pode ser da Libras escrita ou do Português escrito. No Brasil, o curso de Letras/Libras tem usado muito a tradução do Português escrito para a Libras sinalizada.

Na interpretação, o intérprete pode até procurar se preparar em relação ao assunto a ser tratado, mas fará a interpretação na hora de acordo com o que for dito (exemplo:

numa palestra sobre a prevenção da Aids, o intérprete pode ler a respeito, mas não tem como prever totalmente o que será dito pelo palestrante; somente na hora ele fará a interpretação de acordo com o que o palestrante disser). Na tradução, o tradutor pode estudar o texto a ser traduzido antes de traduzi-lo definitivamente. Ele pode fazer a tradução e arrumá-la antes de colocá-la à disposição do público.

No caso específico da educação, temos o tradutor-intérprete que atua na educação, também chamado de intérprete educacional.

O intérprete educacional é aquele que atua como profissional intérprete de língua de sinais na educação. [...] O intérprete especialista para atuar na área da educação deverá ter um perfil para intermediar as relações entre os professores e os alunos, bem como entre os colegas surdos e os colegas ouvintes. No entanto, as competências e responsabilidades destes profissionais não são tão fáceis de serem determinadas. Há vários problemas de ordem ética que acabam surgindo em função do tipo de intermediação que acaba acontecendo em sala de aula. [...] Conforme apresentado em <http://www.deafmall.net/deaflinx/edcoe.html> (2002), nos Estados Unidos já houve tal discussão e foi determinado ser antiético exigir que o intérprete assuma funções que não sejam específicas da sua atuação enquanto intérpretes, tais como: Tutorar os alunos (em qualquer circunstância); apresentar informações a respeito do desenvolvimento dos alunos; acompanhar os alunos; disciplinar os alunos; realizar atividades gerais extraclasse.

O fato de utilizar o termo “professor-intérprete” por uma questão organizacional, já que o Estado ainda não contrata intérpretes de língua de sinais para atuarem na escola, torna a função desse profissional bastante complexa, pois, além de ser intérprete, ele é professor. Relatos de profissionais nessas circunstâncias expressam as dificuldades de se ter uma identidade de intérprete,

pois são professores que, muitas vezes, não conseguem ser intérpretes. Dessa forma, o que passa a acontecer é uma “falsa” sala mista, pois, na verdade, tem-se um segundo professor chamado de “professor-intérprete”, que dá a sua aula quase que independente do professor. Com base nas experiências consolidadas anteriormente, no trabalho com a escolarização de crianças surdas, percebe-se que a sala de aula “inclusiva” apresenta uma curiosa (e suspeita) geografia; a classe passa a ter uma miniturma de surdos dentro da turma (majoritária) de ouvintes para configurar um pseudoprocesso de inclusão. Nesse aspecto, tem-se presente a necessidade urgente de criação do cargo de intérprete entre as providências a serem tomadas, embora ainda existam encaminhamentos nessa direção. (QUADROS, 2006).

O exame Prolibras certifica o tradutor-intérprete de língua de sinais para atuar em diferentes contextos de tradução e interpretação. No entanto, a formação nessa área é fundamental, pois a função desse profissional exige profissionalismo e preceitos éticos, uma vez que eles intermediam relações entre pessoas que usam diferentes línguas e tomam a palavra do outro para passar a outro.

A FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS

Considerando o caso específico dos surdos, pensar em educação de surdos é levar em conta, entre tantos outros possíveis aspectos que representam as experiências visuais das pessoas surdas, a sua língua de sinais. Inegavelmente, a linguagem é essencial ao ser humano para o estabelecimento de vários tipos de relações, para a expressão do pensamento e a constituição da subjetividade. Assim, há várias linhas de atuação possíveis para a produção de conhecimentos por pesquisadores envolvidos na educação de surdos (os professores bilíngues, os professores de língua de sinais e

os intérpretes educacionais da língua de sinais e da língua portuguesa); entre elas, citamos as seguintes:

- a) educação de surdos no ensino regular: políticas públicas, processos de inclusão, pedagogia visual e relações entre os agentes do processo educacional;
- b) a aquisição da linguagem por crianças, adolescentes e adultos surdos;
- c) a língua enquanto meio e fim da interação social, direito humano, cultural, político e científico;
- d) a língua como parte da constituição do sujeito, a significação de si e o reconhecimento da própria imagem diante das relações sociais;
- e) a língua enquanto instrumento formal de ensino da língua nativa (ou seja, alfabetização, disciplinas de língua de sinais como parte do currículo da formação de pessoas surdas);
- f) a língua como instrumento formal de ensino como segunda língua (ou seja, para profissionais ouvintes que desejam atuar na educação de surdos e em outras áreas de atuação);
- g) a língua portuguesa como uma segunda língua (letramento);
- h) a tradução e a interpretação da língua de sinais e da língua portuguesa no espaço educacional.

O exame Prolibras é uma ação de curto prazo para certificar profissionais para participarem dos processos de inclusão dos surdos brasileiros. À medida que contarmos com a formação de profissionais para atuarem nessas áreas, a certificação terá cumprido o seu papel. Os cursos de graduação em Letras/Libras formarão os profissionais, tanto professores como os tradutores e intérpretes de Libras para atuarem no mercado de trabalho e garantirem o acesso à Libras no Brasil.⁵

⁵ A Universidade Federal de Santa Catarina oferece o curso de Letras/Libras, Licenciatura e Bacharelado, para formar professores e tradutores-intérpretes de

Capítulo 1

EXAME PROLIBRAS: CONTEXTUALIZAÇÃO

Considerando a trajetória da Universidade Federal de Santa Catarina como instituição coordenadora do exame Prolibras/2006, Prolibras/2007 e Prolibras/2008, o presente capítulo tem por objetivo apresentar o exame Prolibras, por meio de um histórico e da apresentação do processo de avaliação do Exame Nacional de Proficiência em Língua Brasileira de Sinais. Para tanto, serão apresentados dados gerais sobre o exame Prolibras, uma contextualização histórica e dados específicos sobre o processo de avaliação das provas bem como sugestões para o seu aperfeiçoamento.

1.1 HISTÓRICO E APRESENTAÇÃO DO EXAME PROLIBRAS

O exame Prolibras é uma combinação de um exame de proficiência propriamente dito e uma certificação profissional proposto pelo Ministério da Educação como uma ação concreta prevista no Decreto n. 5.626/2005, decreto que regulamenta a Lei n. 10.436/2002, chamada “Lei de Libras”. Basicamente, esse exame objetiva avaliar a compreensão e produção na língua brasileira de sinais – Libras. O exame Prolibras não substitui a formação em todos os níveis educacionais. Os

língua de sinais. Para mais informações, acesse a página www.libras.ufsc.br.

cursos de graduação para a formação de professores de Libras e de tradutores e intérpretes de Libras e Língua Portuguesa já começaram a ser oferecidos no país. No entanto, o prazo de formação e criação desses cursos é mais longo. Assim, o exame Prolibras vem resolver uma demanda de curto prazo.

O Decreto n. 5.626/2005, artigos sétimo e oitavo, refere-se ao exame Prolibras da seguinte forma:

Art. 7º Nos próximos dez anos, a partir da publicação deste Decreto, caso não haja docente com título de pós-graduação ou de graduação em Libras para o ensino dessa disciplina em cursos de educação superior, ela poderá ser ministrada por profissionais que apresentem pelo menos um dos seguintes perfis:

I – professor de Libras, usuário dessa língua com curso de pós-graduação ou com formação superior e **certificado de proficiência em Libras, obtido por meio de exame promovido pelo Ministério da Educação;**

II – instrutor de Libras, usuário dessa língua com formação de nível médio e com certificado obtido **por meio de exame de proficiência em Libras, promovido pelo Ministério da Educação;**

III – professor ouvinte bilíngüe: Libras – Língua Portuguesa, com pós-graduação ou formação superior e com certificado obtido **por meio de exame de proficiência em Libras, promovido pelo Ministério da Educação.**

Art. 8º O **exame de proficiência em Libras**, referido no art. 7º, deve avaliar a fluência no uso, o conhecimento e a competência para o ensino dessa língua.

§ 1º O **exame de proficiência em Libras** deve ser promovido, anualmente, pelo Ministério da Educação e instituições de educação superior, por ele credenciadas para essa finalidade.

§ 2º A **certificação de proficiência em Libras** habilitará o instrutor ou o professor para a função docente.

§ 3º O **exame de proficiência em Libras** deve ser realizado por banca examinadora de amplo conhecimento em Libras, constituída por docentes surdos e lingüistas de instituições de educação superior.

No próprio decreto, fica clara a mistura entre um exame de proficiência de língua e uma certificação. Um exame de proficiência visa a identificar a proficiência da pessoa em uma determinada língua. Uma certificação “habilita”, conforme reconhecido no parágrafo segundo, do artigo oitavo, para o exercício da profissão. Por exemplo, temos o exame de proficiência de inglês, o TOEFL – *Test of English as a Foreign Language* – e temos a habilitação dada por órgãos que representam áreas profissionais, como a Ordem dos Advogados do Brasil, a OAB. No caso específico do exame Prolibras, o exame de proficiência identifica a proficiência na Libras e o mesmo exame certifica o candidato para o exercício de duas profissões: (1) o ensino da Libras e (2) a tradução e interpretação da Libras e Português.

A partir desta proposição, o Ministério da Educação, reuniu uma comissão de profissionais especializados em Libras para delinear o formato desse exame, bem como definir a forma de sua aplicação.⁶

Essa comissão se reuniu algumas vezes e discutiu sobre o caráter deste exame. Todos os membros da comissão observaram a dificuldade de realizar um exame com cunho misto: proficiência e certificação. No entanto, ao mesmo tempo, a própria comissão entendeu a necessidade de implementar o exame previamente delineado no Decreto n. 5.626/2005.

⁶ Comissão formada pela Portaria Nº 1, de 6 de fevereiro de 2006, publicada no Diário Oficial n. 28, quarta-feira, dia 08 de fevereiro de 2006, página 13. Os especialistas que formaram essa comissão foram os seguintes: Enilde Faulstich, da Universidade de Brasília; Heveraldo Alves Ferreira, do Instituto Nacional de Educação de Surdos; Myrna Salerno, da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Ronice Müller de Quadros, da Universidade Federal de Santa Catarina; Tânia Amara Felipe, da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos; Maria Medianeira, representante da Secretaria de Educação a Distância do Ministério da Educação; Ana Lúcia Bezerra Pedroza, representante da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação e Marlene de Oliveira Gotti, representante da Secretaria de Educação Especial.

Inicialmente, a comissão delineou um documento básico sobre o exame Prolibras, constando explicações sobre a língua de sinais, o formato do exame, o perfil dos profissionais a serem certificados e os procedimentos de aplicação. Essa comissão também propôs o formato das provas que serviriam para avaliar os candidatos.

Sobre as características do exame Prolibras, o documento definiu que esse exame seria promovido pelo Ministério da Educação em parceria com uma ou mais instituições de ensino superior. O exame Prolibras teria como objetivos: (1) *certificar a proficiência em Libras, de pessoas, surdas ou ouvintes, com escolaridade de nível superior ou médio completo, para o ensino da disciplina em cursos de formação de professores e de fonoaudiólogos* e (2) *certificar a proficiência em tradução e interpretação da Libras/Língua Portuguesa/Libras, para o exercício dessa função, prioritariamente, em ambientes educacionais* (Documento Básico do Exame Prolibras, 2006, não publicado).

A comissão definiu qual seria o formato desse exame. Ele deveria apresentar duas etapas, conforme segue:

1ª etapa (Parte I)

Prova Objetiva em Libras, gravada em DVD, de caráter eliminatório, comum para os dois grupos de participantes.

2ª etapa (Parte II)

A 2ª etapa do Prolibras será constituída por partes diferenciadas para cada grupo participante:

- a) certificação de proficiência em Libras: prova Didática em Libras;
- b) certificação de proficiência em tradução e interpretação de Libras: prova Prática de tradução e interpretação da Libras-Língua Portuguesa-Libras.

As salas reservadas para a realização da prova objetiva deverão estar equipadas com projetor multimídia, telão e aparelho DVD, onde se projetará a prova em Libras, e os participantes deverão marcar, em um cartão-resposta, a alternativa correta de acordo com o que for solicitado. A prova objetiva deverá ser realizada em salas com capacidade para atender até cinquenta participantes. Caso o número de inscritos seja maior, os participantes serão distribuídos em salas, onde as mesmas provas serão realizadas simultaneamente.

A correção da Prova Objetiva deverá ser realizada eletronicamente, e o resultado deverá ser divulgado pela IES coordenadora e pela IES aplicadora em 24 horas. O sorteio de temas a serem desenvolvidos pelos participantes das provas práticas de proficiência em Libras deverá ser realizado ao término da prova objetiva.

As IES aplicadoras, em parceria com a IES coordenadora, serão responsáveis pela filmagem da 2ª etapa do Prolibras.

As salas (estúdios) reservadas para a realização das provas práticas deverão estar equipadas com computador ou DVD player, projetor multimídia, TV e tela de projeção para uso do participante.

A IES coordenadora e as IES aplicadoras deverão contar com equipes para execução do Prolibras.

A comissão manifestou a preocupação em realizar um exame na Libras, pois seria a primeira experiência executada no Brasil. Mesmo em outros países, não havia muitos registros a respeito e nada parecido com o que estava sendo proposto. Em nenhum lugar no mundo existe a aplicação de um exame em alguma língua de sinais para um número irrestrito de candidatos em todo o território nacional aplicado simultaneamente.

O fato de as provas serem na Libras e serem projetadas em telão para serem “lidas” em sinais pelos candidatos sempre foi uma preocupação da comissão. É uma prova na versão “oral” da língua, ou seja, não é realizada com o apoio

escrito. Dessa forma, o candidato não tem como rever as questões quantas vezes desejar em um determinado período de tempo pré-estabelecido. A prova objetiva em Libras acontece no tempo real em que é apresentada, dessa forma o tempo da prova é definido pelo tempo em que se apresenta. Considerando isso, a comissão fez uma orientação especial enfatizando a necessidade de reapresentação da prova objetiva mais de uma vez. Além disso, sugeriu fazer um intervalo entre cada questão. Os candidatos teriam, portanto, a oportunidade de pensar sobre cada pergunta e rever a questão mais de uma vez durante a realização da prova.

A prova objetiva em Libras deveria ser gravada em DVD, apresentar caráter eliminatório comum para os dois grupos de participantes, ser constituída de questões de múltipla escolha que envolvessem a compreensão da Libras, legislação específica da Libras e ética profissional.

As provas práticas deveriam ser elaboradas observando-se dois níveis de exigência em cada categoria:

Categoria Ensino de Libras

- a) Instrutor de Libras – nível médio
- b) Professor de Libras – nível superior

Categoria Tradução e Interpretação da Libras-Língua Portuguesa

- c) Tradutor e intérprete de Libras-Língua Portuguesa – nível médio
- d) Tradutor e intérprete de Libras-Língua Portuguesa – nível superior

Para a categoria Ensino de Libras, o candidato deveria realizar uma prova didática em Libras (sobre temas sorteados no dia da prova objetiva) com 15 minutos de duração para cada participante.

Para a categoria Tradução e Interpretação da Libras-Língua Portuguesa-Libras, o candidato deveria realizar uma

prova prática de tradução e interpretação da Libras-Língua Portuguesa-Libras, com temáticas relacionadas à educação, com dez minutos de duração para cada participante.

O perfil dos participantes também foi delineado pela Comissão do Exame ProLibras. O ProLibras tem caráter voluntário e dele podem participar, mediante inscrição, profissionais (surdos e ouvintes) com nível médio completo ou superior completo, que possuam conhecimentos sobre o uso e o ensino da Língua Brasileira de Sinais – Libras ou sobre a Tradução e Interpretação da Libras/ Língua Portuguesa (ouvintes), assim definidos:

Requisitos do participante do exame de proficiência em Libras

- a) formação de nível superior, fluente em Libras, com habilidades metodológicas, didático-pedagógicas para a função de professor de Libras; ou
- b) formação de nível médio completo, fluente em Libras, com habilidades metodológicas, didático-pedagógicas para a função de instrutor de Libras.

Requisitos do participante do exame de proficiência em Tradução e Interpretação de Libras/Língua Portuguesa

- a) formação de nível superior, com competência para realizar a interpretação das duas línguas de maneira simultânea ou consecutiva;
- b) formação de nível médio completo, com competência para realizar a interpretação de textos, palestras, conferências, discursos, eventos, aulas, atividades didático-pedagógicas e outras.

A comissão recomendou ainda que as pessoas certificadas pelo ProLibras devam buscar cursos que lhes permitam ter as condições de formação docente ou de tradução e interpretação, exigidas pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB).

A partir dessas recomendações, o Ministério da Educação buscou identificar instituições que pudessem executar o exame Prolibras. A Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, por ter aberto o primeiro curso de Letras Libras do país e por ter uma história na produção de pesquisas sobre a língua de sinais, foi credenciada para executar os exames Prolibras/2006, Prolibras/2007 e Prolibras/2008. A Comissão Permanente do Vestibular foi o órgão responsável pela operacionalização de todo o exame.

Conforme já mencionado anteriormente, o exame Prolibras foi inédito no país. Fato este que demandava algumas definições sem nenhum parâmetro de acerto ou erro em outro evento com características próximas ao que seria realizado.

A Coordenadoria Pedagógica da COPERVE, juntamente com a Coordenadora Geral do Exame Prolibras, pautada no que estava estipulado pela Comissão e/ou Ministério de Educação, procedeu à elaboração das provas objetiva e prática.

Como todo processo educacional e de avaliação necessita revisão e aprimoramento constantes, a equipe organizadora do exame Prolibras era sabedora do desafio que tinha em mãos e que ajustes poderiam ser necessários nas edições futuras do exame em razão das suas especificidades e do aprendizado obtido com a realização de cada exame.

No primeiro ano de execução já se observou a necessidade de algumas adequações que foram incorporadas nos exames seguintes com a anuência da própria comissão e do Ministério da Educação.

As provas objetivas foram elaboradas por bancas compostas por professores surdos e ouvintes. Após elaboração e revisão em Língua Portuguesa, as provas foram filmadas na Libras e gravadas em DVD, conforme previsto nas regras estipuladas pela comissão.

De dez questões em Prolibras/2006, as provas objetivas foram revistas; adequando-se o número de questões e o tipo

de formulação, a prova passou a ter vinte questões nos exames seguintes. Observou-se a necessidade de mais questões para que a prova tivesse mais elementos para avaliar a compreensão. Também foi observado que o tempo da prova ficou razoável com vinte questões. Essa foi uma das principais preocupações na formulação da primeira prova. A prova com vinte questões passou a ter uma média de trinta minutos, sendo repetida mais duas vezes nos exames Prolibras/2007 e Prolibras/2008, totalizando uma hora e trinta minutos, com os intervalos previstos entre as questões.

Outro fator que motivou o aumento do número de questões foi a possibilidade de contestação ou recurso por parte dos candidatos. Embora as bancas responsáveis sempre busquem não deixar margens para que isso ocorra (no caso de haver recurso e a banca realmente decidir pela anulação de alguma questão), o impacto em vinte questões será menor.

Visando não somente a atender orientação especial da comissão, mas principalmente permitir que os candidatos pudessem pensar e refletir sobre cada questão, cada uma delas foi apresentada vezes. O procedimento adotado foi: primeiro, apresentar duas vezes cada questão, sendo que, após a segunda apresentação da questão, uma mensagem informava o candidato para proceder a escolha da resposta correta; depois de cinco segundos, iniciava-se a apresentação da questão seguinte. Ao final das vinte questões, o candidato ainda tinha a oportunidade de rever mais uma vez a prova inteira, projetada mais uma vez com intervalos de três segundos entre uma questão e outra.

A prova objetiva também passou a enfatizar a compreensão, ao invés de conhecimentos na área de Libras. Isso aconteceu de 2007 para 2008 com a anuência do MEC. A prova passou a avaliar a compreensão e, com isso, passou a ter mais características de um exame de proficiência de línguas. No entanto, a segunda etapa da avaliação continuou com características que vão além de um exame de proficiência, pois, além de avaliar a capacidade produtiva na língua, avalia a prática desses candidatos nas áreas específicas de ensino ou tradução e interpretação da Libras.

No Prolibras/2006, o programa para a prova objetiva foi colocado no edital de forma bastante ampla, indicando aos candidatos que a prova seria de conhecimentos gerais para compreensão de Libras. Nos exames seguintes, o programa foi detalhado conforme apresentado abaixo:

Prova objetiva

1. Conhecimentos específicos da Libras
2. Legislação específica da Libras
3. Ética profissional do tradutor / intérprete da Libras
4. Compreensão da Libras

Em reunião de avaliação realizada no início de 2009, o Comitê Consultivo do Exame Prolibras concluiu que os participantes do exame de proficiência em Libras deveriam ser avaliados sob dois aspectos: a competência linguística (fluência em Libras) e a competência metodológica para o ensino de Libras. Em função disso, foi recomendado que uma parcela da prova objetiva enfatize o conhecimento, para caracterizar a “habilitação” já na primeira etapa do exame. Assim, ficou definido que as provas objetivas dos exames Prolibras a partir de 2009 passam a ter 15 questões de compreensão e cinco questões de conhecimentos nas áreas relacionadas com a Libras. O intervalo entre questões passa a ser de três segundos para resposta, pois verificou-se que é suficiente para a marcação da resposta escolhida pelo candidato. Essa prova continua a ser apresentada três vezes ao candidato, mantendo o mesmo modelo aplicado em 2007 e 2008.

Como as provas objetivas eram apresentadas em DVD, havia a necessidade de algum meio para que os candidatos pudessem fazer seus registros ao final da apresentação de cada questão. Foi então concebido um Caderno de Rascunho, o qual, além das orientações sobre a prova objetiva, possuía apenas espaços identificados pelo número das questões e pelas letras correspondentes às alternativas de resposta (de “a” a “d”). Nesse caderno, os candidatos poderiam fazer as anotações que

desejassem para posteriormente escolherem sua resposta. Esse procedimento foi pensado para facilitar a resolução da prova e não permitir o uso de folhas diversas que, com toda certeza, os candidatos solicitariam para fazer anotações.

As provas práticas apresentam a mesma estrutura desde o primeiro exame Prolibras/2006. No caso das provas práticas para tradução e interpretação, são produzidos dez textos em Língua Portuguesa e dez textos em Libras em cada nível do exame, isto é, nível médio e nível superior. Os textos de nível médio são selecionados por uma banca que atua no nível médio, e os de nível superior são selecionados por uma banca que atua no nível superior. A banca define o tipo textual de cada bloco de textos e seleciona um conjunto de 15 textos, para serem descartados cinco, por uma segunda banca, que analisa a adequação dos textos considerando o contexto de tradução e interpretação para a Libras e para a Língua Portuguesa. O narrador dos textos em Língua Portuguesa apresenta os textos em voz alta, qualidade de estúdio, introduzindo o tema do texto e, após uma pausa, o texto propriamente dito. Os textos produzidos na Libras são estudados por tradutores/atores que discutem terminologia, esclarecem conceitos, definem a forma de apresentação e realizam a tradução para a Libras. Todos os textos apresentam uma média de cinco minutos de duração, produzidos em ritmo normal da fala ou dos sinais. Cada candidato recebe dois textos em um vídeo com uma introdução explicando o formato da prova e informando o candidato sobre o tipo de tradução que ele estará realizando, ou seja, primeiramente o candidato fará a tradução simultânea do texto falado na Língua Portuguesa para a Libras e, em seguida, haverá uma segunda introdução, e o candidato fará a tradução da Libras para a Língua Portuguesa. Toda a prova é filmada e gravada em um DVD para cada candidato, o qual é encaminhado para a avaliação.

Os textos usados para tradução/interpretação, foram selecionados de acordo com os seguintes critérios:

- **Prova prática de proficiência em tradução e interpretação – nível superior:** textos de aulas de nível universitário em língua de sinais e em português para a interpretação simultânea.
- **Prova prática de proficiência em tradução e interpretação – nível médio:** textos de aulas de nível médio em língua de sinais e em português para a interpretação simultânea.

As provas práticas para o ensino da Libras compreendem uma apresentação pessoal do candidato (de até cinco minutos) seguida pela exposição (de até dez minutos) de como o candidato ministraria uma aula sobre o assunto relativo ao ponto sorteado com antecedência de pelo menos 24 horas. Adicionalmente, o candidato deveria entregar aos fiscais do estúdio o plano de ensino da aula que seria ministrada. A apresentação pessoal e a exposição dos candidatos sobre o tema sorteado eram gravadas em DVD (um para cada candidato), o qual era encaminhado para avaliação. Os pontos previstos eram os seguintes:

Prova prática de proficiência no uso e no ensino da Libras – nível superior

1. Comparativos
2. Tipos de verbo
3. Numerais: valores monetários
4. Classificadores predicativos
5. Tipos de negação
6. Tipos de expressões faciais gramaticais
7. Advérbios de tempo
8. Níveis de formalidade e informalidade
9. Pronomes
10. Empréstimos linguísticos

Prova prática de proficiência no uso e no ensino da Libras – nível médio

1. Sinais soletrados e o uso da datilologia e características das pessoas, animais e coisas
2. Nomes das localizações e o advérbio de lugar: onde
3. Conceitos das localizações
4. Figuras geométricas com números e letras
5. Sinais relacionados aos ambientes de estudos
6. Grau de escolaridade
7. Tipos de frases em LIBRAS
8. Direção – perspectiva: longe e perto
9. Plural: quantificador
10. Sinais: ainda não / acabado / pronto / faltar coisa

1.2 PROCESSO DE AVALIAÇÃO DO EXAME PROLIBRAS

Os critérios de avaliação do exame ProLibras foram definidos pela comissão formada pelo Ministério da Educação, conforme segue:

A prova objetiva visa a avaliar a compreensão da Libras, legislação e ética profissional, através de questões de múltipla escolha (com apenas uma resposta correta), valendo um ponto cada questão respondida corretamente.

Os participantes do exame de proficiência em tradução e interpretação Libras-Língua Portuguesa-Libras deverão ser avaliados quanto à proficiência e competência profissional, preferencialmente no contexto educacional, cuja função será a de traduzir textos diversos de uma língua para outra, bem como interpretar conversações, palestras, aulas e outras atividades didático-pedagógicas.

Conforme previsto em edital, as provas práticas para certificação em tradução e interpretação Libras-Língua

Portuguesa-Libras deveriam ser avaliadas com notas 0,00 (zero vírgula zero zero) a 10,00 (dez vírgula zero zero), assim distribuídos:

- a) Fluência na Libras e em Português: nota máxima 3,00 (três vírgula zero zero).
- b) Interpretação e tradução de textos Libras/Língua Portuguesa/Libras: nota máxima 7,00 (sete vírgula zero zero), de acordo com a seguinte distribuição:
 - 1) adequação do sentido entre textos: nota máxima 3,00 (três vírgula zero zero);
 - 2) equivalência textual entre Libras e Português e vice-versa: nota máxima 2,00 (dois vírgula zero zero);
 - 3) adequação de níveis de registro de vocabulário e de gramática em função do público-alvo: nota máxima 2,00 (dois vírgula zero zero).

Por outro lado, as provas práticas para certificação no uso e no ensino da Libras deverão ser avaliadas quanto à proficiência e competência profissional, preferencialmente no contexto educacional, cuja função será de ensinar a Libras. Conforme previsto em edital, essa avaliação deveria variar de 0,00 (zero vírgula zero zero) a 10,00 (dez vírgula zero zero) pontos, assim distribuídos:

- a) Fluência: nota máxima 4,00 (quatro vírgula zero zero).
- b) Plano de aula: nota máxima 1,00 (um vírgula zero zero).
- c) Contextualização do tema: nota máxima 2,00 (dois vírgula zero zero).
- d) Utilização adequada do tempo de apresentação do tema atribuído: nota máxima 1,00 (um vírgula zero zero).
- e) Domínio do conteúdo: nota máxima 2,00 (dois vírgula zero zero).

A correção das provas práticas foi realizada por professores proficientes na Libras, com pós-graduação e com

formação e atuação no magistério nível médio e/ou superior, os quais participaram de um treinamento de preparação para a avaliação. Os avaliadores, doutores ou doutorandos que desenvolvem pesquisa na área dos surdos, foram divididos em equipes, conforme as quatro categorias a serem certificadas.

A correção desta segunda etapa do processo seguiu os critérios estabelecidos no edital, conforme proposto pela COPERVE/UFSC e aprovado pelo comitê executivo formado pelo MEC/SEESP/INEP/UFSC. Os critérios foram discutidos por toda a equipe e foram rigorosamente seguidos por todos os avaliadores.

Após discussão dos critérios, houve um treinamento visando a uniformizar a aplicação dos mesmos por parte de cada dupla de avaliadores. Nessa atividade, as duplas de cada área (tradução e interpretação de Libras/Português e ensino da Libras) recebem a mesma prova e a avaliam para verificar se há discrepância entre as duplas no uso dos critérios de avaliação. Somente no exame Prolibras/2008, os avaliadores tiveram acesso aos textos antes do início das avaliações, fato que se mostrou muito positivo, pois o tempo que era despendido para esta leitura nos exames Prolibras/2006 e Prolibras/2007 passou a ser utilizado para avaliação.

Diariamente, durante o período em que acontecem as correções, o Coordenador operacional do processo de avaliação, juntamente com a Coordenadora Pedagógica da COPERVE/UFSC e/ou a Coordenadora Geral do Prolibras, realizaram momentos de avaliação e de reflexão sobre o processo, bem como de avaliação das bancas.

Esta avaliação qualitativa das bancas acontece mediante reuniões gerais (todo o grupo ou a maior parte dele) e específicas (cada dupla) conforme categoria e nível que estão corrigindo.

Cabe salientar que a correção acontece em espaço físico de máxima segurança e os avaliadores assinam termo de compromisso de sigilo sobre o trabalho.

Desde o Prolibras/2006, a COPERVE juntamente com a Coordenação geral, e ouvindo sugestões dos avaliadores, tem aperfeiçoado os procedimentos operacionais visando facilitar o trabalho de avaliação. Um dos procedimentos que se mostrou um facilitador significativo foi a presença de um técnico de computação, pois os problemas que surgem com os DVD's são resolvidos imediatamente, sem que os avaliadores necessitem interromper o trabalho que estão executando.

Existem inúmeros detalhes a serem pensados em um processo dessa natureza, para que a avaliação não seja comprometida. Neste aspecto, a orientação ao operador de câmera e fiscais de Studio é essencial, pois iluminação adequada, microfone posicionado de maneira a não dificultar a sinalização, posicionamento da filmadora e foco da filmagem são essenciais nesta segunda etapa.

A iluminação deve garantir a visualidade da região espacial onde se dá a língua de sinais principalmente a do rosto do candidato, pois o campo semântico da língua de sinais está diretamente relacionado com as expressões faciais.

Visando evitar discrepâncias em relação aos critérios de avaliação constantes no edital, a equipe pedagógica organizadora refinou os critérios de avaliação, detalhando-os como segue:

Prova prática para Certificação no Uso e no Ensino da Libras – Nível Médio e Superior

- **Fluência:** Vocabulário; Classificadores; Uso do espaço; Expressão facial.
- **Plano de aula:** Apresentação; Organização Lógica; Relação do plano com a apresentação.
- **Contextualização dos temas:** Coesão; Coerência.
- **Domínio do conteúdo:** Conhecimento do conteúdo.
- **Utilização adequada do tempo:** 15 minutos.

Prova prática para Certificação em Tradução / Interpretação – Nível Médio e Superior

- **Fluência em Libras:** Vocabulário Libras; Classificadores; Uso do espaço; Expressão facial; Estruturação textual.
- **Interpretação de textos Libras-Português:** Equivalência textual entre Libras e Português; Adequação de níveis de registro de vocabulário e de gramática em função do nível do público-alvo.
- **Fluência em Português:** Vocabulário português; Estruturação textual.
- **Interpretação de textos Português-Libras:** Equivalência textual entre Português e Libras; Adequação de níveis de registro de vocabulário e de gramática em função do nível do público-alvo.

Todo processo educacional deve estar em constante aprimoramento, deste processo é possível destacar a avaliação como a etapa que mais fornece subsídios para o educador/avaliador aperfeiçoar seus procedimentos. Neste sentido, e em razão do ineditismo e início recente da certificação de Língua Brasileira de Sinais, é possível afirmar que tem sido feito um trabalho primoroso por toda a equipe. Entretanto, a avaliação tem fornecido subsídios que permitem o constante aprimorar de todo o processo, ampliando cada vez mais a inclusão da população surda no espaço profissional.

Capítulo 2

LOGÍSTICA DE APLICAÇÃO DOS EXAMES PROLIBRAS

Este capítulo descreve os principais procedimentos relativos à logística de execução dos exames Prolibras/2006, Prolibras/2007 e Prolibras/2008, desde a formalização das regras do exame (através de editais) até a publicação dos resultados, com destaque especial para as ações relativas à elaboração, gravação e aplicação das provas.

2.1 ELABORAÇÃO E PUBLICAÇÃO DE EDITAIS

Nas três edições do Prolibras, os editais foram elaborados a partir de projetos de execução organizados pela COPERVE/UFSC, previamente analisados e aprovados pelo INEP e pela SEESP. Esses editais estabeleceram as regras gerais do exame, detalhando os procedimentos relativos ao processo de inscrição e às normas relativas ao formato, à realização e à correção/avaliação das provas. Adicionalmente, os editais também estabeleciam os programas e as referências bibliográficas usadas como base para a elaboração das provas.

Esses editais foram publicados no DOU e disponibilizados na página do evento tanto em versão na Língua Portuguesa quanto na Libras.

2.2 PROCESSO DE INSCRIÇÃO

Em todas as edições do Prolibras, as inscrições foram realizadas somente via internet. Para tanto, a COPERVE/UFSC criou um *site* – www.prolibras.ufsc.br – e desenvolveu um sistema de inscrições, o qual usa como interface com os candidatos um formulário eletrônico, denominado **requerimento de inscrição**, no qual os candidatos digitam suas informações pessoais e escolhem a categoria (certificação e nível de escolaridade) para a qual desejam certificar-se, assim como o local onde desejam realizar as provas. Adicionalmente, o formulário eletrônico contém um questionário socioeconômico, composto por 41 questões, cujas respostas são utilizadas para subsidiar a elaboração de relatórios estatísticos bem como o planejamento de futuras edições do exame.

Após o preenchimento do requerimento de inscrição, o candidato envia-o pela internet e recebe (também via internet) o comprovante de requerimento e o boleto bancário para pagamento da taxa de inscrição. Após efetuado o pagamento no valor de R\$ 30,00, a COPERVE/UFSC é notificada pelo banco centralizador das cobranças e homologa a inscrição dos candidatos.

Encerradas as inscrições, a COPERVE/UFSC divulga relatório contendo a relação das inscrições deferidas e indeferidas e, após ter efetuado a alocação dos candidatos, disponibiliza a **confirmação de inscrição no site** do Prolibras. Esse documento, acessível mediante a informação do número de inscrição e CPF do candidato, permite que os candidatos confirmem seus dados e tomem conhecimento de seu local de prova (instituição, endereço, prédio e sala).

A Tabela 1 apresenta o quantitativo de inscrições solicitadas e efetivadas bem como o total de acessos ao *site* nas três edições do exame.

Tabela 1 – Inscrições solicitadas/efetivadas e acessos ao *site*

Exame	Inscrições solicitadas	Inscrições efetivadas	Total de acessos ao <i>site</i> *
Prolibras/2006	6195	4736	91.650
Prolibras/2007	5408	4321	110.950
Prolibras/2008	5065	3825	80.000

* Até 28/02/2009

Para melhor orientar os candidatos, além dos editais de cada exame, em Português e na Libras, foram elaborados (em conjunto com o MEC) e disponibilizados no *site* **www.prolibras.ufsc.br** manuais contendo informações específicas de cada fase do processo.

2.3 INFRAESTRUTURA PARA REALIZAÇÃO DO EXAME

2.3.1 ESPAÇO FÍSICO

Após a definição do número de candidatos por local de prova, a equipe de logística da COPERVE/UFSC visitou os locais de prova para, em conjunto com os coordenadores locais designados pelo MEC, definir os espaços para a realização das duas etapas (objetiva e prática) da prova. As visitas tiveram o objetivo de selecionar e cadastrar os locais mais adequados para a aplicação das provas e delas resultou o cadastro de espaço físico que foi efetivamente utilizado na realização de cada exame. A Tabela 2 apresenta a quantidade de salas e de estúdios utilizados na primeira e na segunda etapa respectivamente, em cada ano e em cada um dos locais de prova.

Tabela 2 – Espaço físico utilizado

Locais	Prolibras/2006		Prolibras/2007		Prolibras/2008	
	Salas	Estúdios	Salas	Estúdios	Salas	Estúdios
Brasília	7	4	7	4	6	2
Florianópolis	8	3	6	3	5	3
Fortaleza	6	3	6	3	4	3
Goiânia	8	4	9	4	8	4
Manaus	3	2	3	2	2	2
Rio de Janeiro	23	8	14	7	13	8
Salvador	5	3	5	4	4	3
Porto Alegre	7	5	7	4	5	3
São Paulo	16	8	21	10	-	-
Campinas-SP	-	-	-	-	17	10
Belo Horizonte	10	5	10	5	7	4
Curitiba	14	5	12	5	11	5
Vitória	3	2	4	3	7	3
Aracaju	2	1	2	1	-	-
São Cristóvão – SE	-	-	-	-	1	1
Maceió	2	1	2	1	2	1
Recife	4	2	4	3	4	2
João Pessoa	3	2	4	2	4	3
Natal	3	2	2	2	2	1
Teresina	2	1	2	2	1	1
São Luis	2	1	3	1	4	3
Belém	4	2	3	3	4	2
Macapá	3	2	2	1	2	2
Rio Branco	1	2	1	1	1	1
Porto Velho	2	2	2	1	2	1
Boa Vista	1	1	2	1	1	1
Palmas	1	1	1	1	1	1
Cuiabá	3	2	3	2	4	2
Campo Grande	5	3	5	3	5	3
Totais	148	77	142	79	127	75

2.3.2 EQUIPAMENTOS

Para viabilizar a realização das etapas objetiva e prática das provas, foram contratadas (via processo licitatório) empresas especializadas na realização de eventos para locação de equipamentos multimídia (áudio e vídeo) e de informática (computadores e impressoras), conforme especificado a seguir:

Conjunto de equipamentos para a prova objetiva (um para cada sala)

- Projetor multimídia e tela de projeção
- DVD Player

Conjunto de equipamentos para a prova prática (um para cada estúdio)

- DVD Player
- Televisor colorido 29”
- Câmera profissional Mini DV
- Iluminação (para filmagem), tripé de 2,5m de alt. com luz (500/1.000 w)
- Microfone de lapela (gravação de áudio)
- Gravadora de DVD externa com monitor de retorno de vídeo e áudio
- Fornecimento de backup da gravação dos DVDs em MINI-DVs

Conjunto de equipamentos coordenação (1ª e 2ª etapas)

- Computador com a seguinte configuração: Processador 2 GHz ou equivalente, 1 Gb de RAM, HD 40 Gb, gravador DVD, placa de rede
- Monitor 15”, teclado ABNT II, mouse óptico
- Impressora laser monocromática (capacidade de imp. mín. de 20 ppm.)
- Suprimentos (toner e papel A4)

2.3.3 RECURSOS HUMANOS PARA A APLICAÇÃO DAS PROVAS

De acordo com o número de candidatos em cada local, a COPERVE/UFSC dimensionou as funções e o tamanho das equipes que atuariam na aplicação das provas (coordenadores de setor, fiscais de grupo e de corredor – surdos e ouvintes –, intérpretes, médico e apoio (porteiros, limpeza, segurança, eletricista etc.). A seleção de pessoal ficou a cargo dos coordenadores locais, observando as diretrizes definidas pela COPERVE/UFSC. Dentre tais diretrizes, destacamos a exigência de que houvesse pelo menos um fiscal fluente na Libras em cada sala (prova objetiva) e em cada estúdio (prova prática), além de fiscais fluentes nos corredores e junto às coordenações locais. Os coordenadores locais cadastraram o pessoal diretamente em um “sistema de fiscais *on-line*” criado especialmente para o exame Prolibras.

Além das equipes locais, a COPERVE/UFSC designou de 1 a 3 (dependendo do número de candidatos) coordenadores da UFSC, todos eles servidores docentes ou técnico-administrativos da UFSC, com larga experiência na realização de concursos, os quais ficaram responsáveis pela aplicação das provas em cada um dos 27 locais utilizados. Os coordenadores da UFSC foram adequadamente treinados e ficaram responsáveis por transporte, guarda, integridade e sigilo das provas, assim como pelo treinamento das equipes locais, pela aplicação das provas e pela devolução à COPERVE/UFSC do material utilizado nas provas.

A Tabela 3 apresenta o quantitativo de pessoal envolvido na aplicação das provas. Nesses totais não estão computadas as equipes responsáveis pela elaboração, gravação e avaliação das provas (28 pessoas), a equipe central da COPERVE (20 pessoas) e o pessoal vinculado às empresas responsáveis pela locação e operacionalização dos equipamentos (aproximadamente 150 pessoas).

Para melhor orientar os aplicadores, fiscais e coordenadores, a COPERVE/UFSC elaborou manuais específicos contendo todas as orientações e procedimentos que os mesmos deveriam seguir para o bom andamento dos trabalhos.

Tabela 3 – Pessoal envolvido na aplicação das provas

Locais	Prolibras/2006	Prolibras/2007	Prolibras/2008
Brasília	32	30	25
Florianópolis	34	28	22
Fortaleza	26	26	19
Goiânia	35	43	34
Manaus	18	19	15
Rio de Janeiro	78	56	44
Salvador	24	25	20
Porto Alegre	31	29	22
São Paulo	75	88	-
Campinas	-	-	54
Belo Horizonte	44	43	30
Curitiba	49	44	42
Vitória	20	22	25
Aracaju	16	16	-
São Cristóvão – SE	-	-	14
Maceió	16	15	15
Recife	23	20	21
João Pessoa	19	20	20
Natal	17	15	15
Teresina	17	17	14
São Luis	16	18	23
Belém	19	24	21
Macapá	22	15	16
Rio Branco	15	14	13
Porto Velho	15	15	15
Boa Vista	12	14	13
Palmas	13	13	13
Cuiabá	21	21	21
Campo Grande	22	24	22
Totais	729	714	608

2.4 ELABORAÇÃO, IMPRESSÃO/GRAVAÇÃO, APLICAÇÃO E PROCESSAMENTO DA PROVA OBJETIVA

A prova objetiva foi elaborada por banca qualificada, composta por professores doutores, surdos e ouvintes. Após a elaboração e a revisão das questões (dez em 2006 e vinte em 2007 e em 2008) em Língua Portuguesa, a prova foi filmada na Língua Brasileira de Sinais e gravada em DVD.

Com o objetivo de facilitar a resolução dessa prova, foi elaborado um caderno de rascunho, destinado para anotações dos candidatos durante a projeção das questões para, na sequência, transcreverem suas respostas para o cartão-resposta. Na contracapa do caderno de rascunho da prova objetiva, foram reproduzidas as principais normas para a realização das provas.

No período de realização da prova, inicialmente as questões foram apresentadas e repetidas individualmente e, na sequência, foram reapresentadas (sem repetição) para que os candidatos pudessem refletir e responder com tranquilidade cada questão.

Os cartões-resposta utilizados na prova objetiva foram projetados, impressos e personalizados com nome, número de inscrição, local e sala de cada candidato, além de código de barra para identificação eletrônica.

O transporte das provas e do material necessário para a sua aplicação foi realizado pelos coordenadores designados pela COPERVE/UFSC em malotes devidamente lacrados e com todas as demais medidas de segurança e integridade necessárias. Antes de ser transportado para os locais de prova, todo o material ficou guardado em sala-cofre da COPERVE/UFSC.

No dia da prova objetiva, os coordenadores Locais e da COPERVE/UFSC, na presença de três testemunhas, abriram os malotes de provas, atestando em ata o lacre e a integridade

dos malotes. Os envelopes contendo as provas de cada sala seguiram lacrados até o destino, onde foram abertos na presença de 3 (três) candidatos que testemunharam em ata a integridade dos lacres dos envelopes, conforme normas estabelecidas pela COPERVE/UFSC.

Após o término da prova objetiva, os coordenadores da COPERVE/UFSC, em conjunto com os coordenadores locais, realizaram a leitura e/ou a digitação dos cartões-resposta e a transmissão dos dados para a COPERVE/UFSC através de sistema *web* seguro, desenvolvido especialmente para essa função.

Ao receber os dados (relativos às repostas dos candidatos) das 27 cidades, a equipe de informática da COPERVE/UFSC processava-os e na sequência alocava os candidatos habilitados nos estúdios e produzia o material necessário para a aplicação da segunda etapa do exame. Esse material era disponibilizado na rede para os coordenadores da UFSC que, localmente, faziam a impressão e a divulgação dos resultados da primeira etapa e do cronograma de realização da prova prática. Todo esse trabalho era realizado no mesmo dia da realização da prova objetiva, e os resultados divulgados na manhã do dia seguinte.

2.5 ELABORAÇÃO, GRAVAÇÃO, APLICAÇÃO E CORREÇÃO DA PROVA PRÁTICA

Para a elaboração dos temas da prova prática para a Certificação de Proficiência em Tradução e Interpretação da Libras/Língua Portuguesa/Libras, foram designadas duas bancas, uma responsável pelos 20 (vinte) textos para nível médio e outra responsável pelos 20 (vinte) textos para nível superior. Após a definição dos 40 (quarenta) textos, foi realizado o processo de filmagem por atores surdos (fluentes na LIBRAS) e feita a gravação da leitura dos textos por um locutor

(professor do curso de Jornalismo da UFSC). A prova prática para a Certificação de Proficiência no Uso e no Ensino da Libras versou sobre temas previamente estabelecidos e constantes do edital de cada exame.

A segunda etapa do processo de certificação consistiu de prova prática individual aplicada aos candidatos habilitados na prova objetiva. Essa etapa teve início na terça-feira seguinte ao domingo em que foi realizada a prova objetiva de cada edição do Prolibras e estendeu-se até sexta-feira (nos locais onde havia um maior número de candidatos habilitados). A execução dessa etapa deu-se em estúdios equipados com TV, DVD, filmadora e gravadora de DVD, sendo que cada estúdio continha, além do operador, dois fiscais (um surdo e um ouvinte). Os candidatos foram alocados de meia em meia hora e dispunham de 15 minutos para realizar sua prova, a qual era filmada e gravada individualmente em DVD identificado pelo número do candidato.

Para cada candidato havia uma ata individual, previamente gerada, contendo a identificação do candidato e o tema de sua prova. Essa ata era complementada com o horário de início e término da prova e com o registro de eventuais ocorrências durante a realização da prova e assinada pelo candidato e pelos fiscais de estúdio.

Concluídas as provas práticas, os DVD's individuais (juntamente com a fita *backup*) eram transportados para a UFSC onde foram avaliados por professores proficientes na Libras com formação e atuação no magistério (nível médio e/ou superior) e com pós-graduação (doutores, doutorandos e mestres que desenvolvem pesquisa na área dos surdos). A equipe de avaliadores foi previamente treinada e nivelada para a avaliação das quatro categorias a serem certificadas. A avaliação realizada seguiu os critérios estabelecidos no edital de cada exame, conforme proposto pela COPERVE/UFSC e aprovado pelo comitê executivo do MEC/SEESP/INEP/UFSC. Os critérios foram discutidos por toda a equipe e seguidos

rigorosamente por todos os avaliadores, os quais assinaram um termo de compromisso de sigilo sobre o trabalho que estavam realizando.

Concluída a avaliação das provas práticas, As notas dos candidatos foram lançadas no sistema que as processou e emitiu os relatórios finais relativos a cada exame, os quais, juntamente com estatísticas por local de prova, foram disponibilizados no *site* do exame e encaminhados ao MEC (INEP e SEESP). Na sequência, foram emitidos certificados de proficiência para os candidatos aprovados, os quais foram registrados no Departamento de Extensão da UFSC e encaminhados aos candidatos (via correios, através de correspondência com AR).

Finalizando o processo, a COPERVE/UFSC elaborou um relatório técnico contendo resultados e estatísticas de cada exame (além de análise comparativa entre eles) o qual foi apresentado ao MEC (INEP e SEESP) e disponibilizado no *site* do Prolibras.

Capítulo 3

PROLIBRAS EM NÚMEROS

Neste capítulo, apresentamos os dados técnicos relativos às diversas etapas do Exame de Certificação na Libras – Prolibras, edições 2006, 2007 e 2008, detalhando desde os números relativos às inscrições até os resultados finais obtidos. Paralelamente, também apresentamos uma análise preliminar correlacionando os dados relativos às três edições do exame.

Os números obtidos e submetidos a tratamento estatístico permitem mostrar, por meio de tabelas e gráficos, o desempenho dos candidatos, considerando-se aspectos técnicos tais como categoria de certificação, escolaridade e condição auditiva, bem como diferentes variáveis socioeconômicas, tais como região de origem, sexo e idade, entre outras.

3.1 DADOS RELATIVOS ÀS INSCRIÇÕES NO PROLIBRAS

Nas três edições do Prolibras, as inscrições foram realizadas exclusivamente pela internet através do *site* www.prolibras.ufsc.br, durante aproximadamente trinta dias nos meses de julho e agosto. A Tabela 4 apresenta o total de inscritos em cada uma das edições do exame e detalha o percentual de inscritos (relativo ao total) em cada uma das certificações, por nível de escolaridade.

Tabela 4 – Distribuição dos candidatos inscritos no Prolibras, por certificação e categoria

Certificação	Escolaridade	Inscritos 2006		Inscritos 2007		Inscritos 2008	
		Total	%	Total	%	Total	%
Uso e Ensino da Libras	Nível Superior	1037	21,94	701	16,23	654	17,10
	Nível Médio	1472	31,14	1493	34,56	1291	33,75
Tradução / Interpretação	Nível Superior	822	17,39	547	12,66	436	11,40
	Nível Médio	1396	29,53	1579	36,55	1444	37,75
Total		4727	100,00	4320	100,00	3825	100,00

Analisando a Tabela 4, constata-se que houve uma redução de 19,08% no número total de inscritos no Prolibras/2008 com relação ao total de inscritos no Prolibras/2006, correspondendo a uma diminuição de 902 candidatos. Observa-se também que a redução de inscritos no Prolibras/2008 com relação no Prolibras/2007, foi de 11,46%, correspondendo a uma diminuição de 495 candidatos. Essa redução é superior àquela verificada no Prolibras/2007 com relação ao Prolibras/2006, que havia ficado na casa dos 8,61% (correspondendo a uma diminuição de 407 candidatos).

Podemos também constatar que essa redução, com relação ao Prolibras/2006, foi mais significativa entre os candidatos com nível superior completo, sendo que, na certificação no Uso e Ensino da Libras, a redução foi de 36,93% (383 candidatos) e na certificação de Proficiência em Tradução e Interpretação a redução foi de 46,96% (386 candidatos).

A redução do número de candidatos inscritos é compreensível, uma vez que a comunidade de fluentes na Libras é relativamente pequena. Observa-se ainda que essa redução, pelos mesmos motivos, foi mais acentuada entre os candidatos de nível superior nas duas certificações. Contudo, considerando-se o número de certificados em cada uma das edições do Prolibras, podemos concluir que essa comunidade tem crescido,

justificando plenamente a continuidade do Prolibras por mais 7 anos, conforme previsto no Decreto n. 5.026/2005.

Outra constatação, baseada na Tabela 4, é que, dentre os candidatos de nível médio, houve uma divisão uniforme entre os que almejam certificação no Uso e no Ensino da Libras e a certificação de Proficiência em Tradução e Interpretação de Libras/Língua Portuguesa/Libras. Já entre os candidatos de nível superior, constata-se uma preferência pela certificação no Uso e no Ensino da Libras.

3.2 DADOS RELATIVOS AO DESEMPENHO GLOBAL DOS CANDIDATOS NO PROLIBRAS

O exame de certificação para Proficiência no Uso e no Ensino da Libras e de certificação de Proficiência em Tradução e Interpretação de Libras/Língua Portuguesa/Libras nas três edições do Prolibras, foi executado em duas etapas: a primeira, constituída por uma prova objetiva igual para todos os candidatos, independente da área da certificação e do nível de escolaridade, e uma segunda etapa constituída de prova prática específica para cada certificação e para cada nível de escolaridade.

Os candidatos com nota igual ou superior a 6,00 (seis vírgula zero zero) na primeira etapa (prova objetiva) foram habilitados a participar da segunda etapa do exame, ou seja, da prova prática. Na segunda etapa do exame, foram aprovados e, portanto, **certificados**, os candidatos que obtiveram nota igual ou superior a 6,00 (seis vírgula zero zero).

3.2.1 DESEMPENHO NA PRIMEIRA ETAPA – PROVA OBJETIVA

A Tabela 5 apresenta o total de habilitados em cada uma das edições do exame e detalha o percentual de **habilitados** relativo ao total de inscritos em cada uma das certificações / nível de escolaridade. Desconsiderando-se as abstenções (21,83% no Prolibras/2006, 15,74% no Prolibras/2007 e 16,42%

no Prolibras/2008) o índice de candidatos habilitados com relação aos inscritos presentes eleva-se, respectivamente, para 68, 34, 67, 80 e 86, 46.

Analisando a Tabela 5, constata-se uma uniformidade no percentual de candidatos habilitados em ambas as certificações e em ambos os níveis de escolaridade. Também se pode destacar o melhor desempenho registrado no Prolibras/2008, em todas as categorias.

A nota média dos candidatos na prova objetiva (1ª etapa) foi de 6,44 no Prolibras/2006, 6,44 no Prolibras/2007 e 7,42 no Prolibras/2008. A estatística geral da prova objetiva por local, certificação e escolaridade, destacando-se, através de gráficos, a variação das notas obtidas pelos candidatos, é apresentada no relatório técnico de cada uma das edições do Prolibras, disponíveis em www.prolibras.ufsc.br.

Tabela 5 – Distribuição dos candidatos habilitados no Prolibras, por Certificação e Escolaridade

Certificação	Escolaridade	Habilitados 2006		Habilitados 2007		Habilitados 2008	
		Total	%	Total	%	Total	%
Uso e Ensino da Libras	Nível Superior	534	51,49	406	57,92	467	71,41
	Nível Médio	748	50,82	894	59,88	905	70,10
Tradução/ Interpretação	Nível Superior	458	55,72	319	58,32	312	71,56
	Nível Médio	785	56,23	849	53,77	1080	74,79
Total		2525	53,42	2468	57,13	2764	72,26

3.2.2 DESEMPENHO NA SEGUNDA ETAPA – PROVA PRÁTICA

A Tabela 6 apresenta o total de candidatos aprovados (certificados) em cada uma das edições do exame Prolibras e

detalha o percentual de aprovados (relativo ao total de inscritos em cada certificação) em cada uma das certificações, por nível de escolaridade. Desconsiderando-se as abstenções registradas na prova objetiva, o índice de candidatos aprovados eleva-se, respectivamente, para 36, 51, 41, 51 e 40,13%.

Tabela 6 – Distribuição dos candidatos aprovados no Prolibras, por Certificação e Escolaridade

Certificação	Escolaridade	Aprovados 2006		Aprovados 2007		Aprovados 2008	
		Total	%	Total	%	Total	%
Uso e Ensino da Libras	Nível Superior	157	15.14	223	31.81	133	20.34
	Nível Médio	452	30.71	548	36.70	427	33.08
Tradução / Interpretação	Nível Superior	178	21.65	193	35.28	122	27.98
	Nível Médio	562	40.26	547	34.64	601	41.62
Total		1349	28,54	1511	34,98	1283	33.54

Analisando a Tabela 6, constata-se uma aprovação média em torno de 32% entre os inscritos, em todas as edições do Prolibras. Desconsiderando-se as abstenções, o percentual de aprovados eleva-se para aproximadamente 40%. Um aspecto interessante a ser observado no Prolibras/2008 é que o desempenho na prova prática ficou no mesmo patamar das edições anteriores, não se repetindo o bom desempenho observado na prova objetiva. Outro detalhe a ser observado é que, em geral, os candidatos com escolaridade de nível médio, nas duas certificações, tiveram um melhor desempenho.

A nota média dos candidatos na prova prática (2ª Etapa) foi de 6,02 no Prolibras/2006, 6,06 no Prolibras/2007 e 5,48 no Prolibras/2008. A estatística geral da prova prática por local, certificação e escolaridade, destacando-se através de gráficos a variação das notas obtidas pelos candidatos, é apresentada no relatório técnico de cada uma das edições do Prolibras, disponíveis em www.prolibras.ufsc.br.

A correlação entre a quantidade de inscritos, habilitados e aprovados em cada uma das edições do Prolibras, pode ser mais bem visualizada no Gráfico 2.

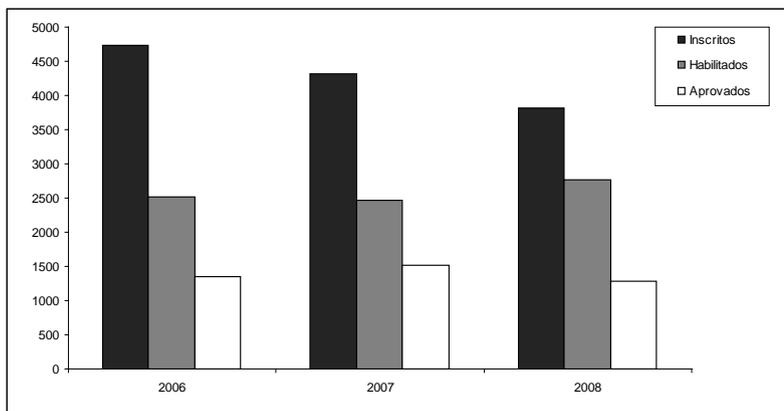


Gráfico 2 – Inscritos, Habilitados e Aprovados no Prolibras

3.3 DADOS RELATIVOS À PARTICIPAÇÃO E AO DESEMPENHO DOS CANDIDATOS, SEGUNDO A CONDIÇÃO AUDITIVA

Nesta seção, apresentamos os dados relativos aos inscritos, habilitados e aprovados, segundo a condição auditiva dos candidatos (surdos e ouvintes), nas três edições do exame Prolibras. Os percentuais de habilitados e aprovados referem-se ao total de inscritos em cada ano e em cada certificação/escolaridade.

3.3.1 CANDIDATOS INSCRITOS

A Tabela 7 apresenta o total de candidatos surdos inscritos em cada uma das três edições do Prolibras, detalhando o percentual de inscritos em cada uma das certificações e em cada nível de escolaridade. Analisando essa tabela, observa-se que houve uma redução na ordem de 20,30% na quantidade de candidatos surdos inscritos no Prolibras/2007 em relação

ao Prolibras/2006, enquanto a redução de inscritos surdos no Prolibras/2008 com relação ao Prolibras/2007 foi de 18,80%. A redução total de candidatos surdos de 2006 para 2008 foi de 464 candidatos, correspondendo a 35,29%. Observa-se, ainda, que o percentual de redução foi significativamente maior entre os candidatos à proficiência no Uso e no Ensino da Libras com nível superior.

Tabela 7 – Candidatos surdos Inscritos nas três edições do Prolibras, por Certificação e Escolaridade.

Certificação	Escolaridade	Prolibras/2006		Prolibras/2007		Prolibras/2008	
		Total	%	Total	%	Total	%
Uso e Ensino da Libras	Nível Superior	339	25,78	194	18,51	140	16,45
	Nível Médio	976	74,22	833	79,48	685	80,49
Tradução/Interpretação	Nível Superior	0*	0,00	4	0,38	5	0,59
	Nível Médio	0*	0,00	17	1,62	21	2,47
Total		1315	100,00	1048	100,00	851	100,00

* No Prolibras/2006 não havia a opção de certificação em tradução/interpretação para candidatos surdos

Tabela 8 – Candidatos Ouvintes Inscritos nas três edições do Prolibras, por Certificação e Escolaridade

Certificação	Escolaridade	Prolibras/2006		Prolibras/2007		Prolibras/2008	
		Total	%	Total	%	Total	%
Uso e Ensino da Libras	Nível Superior	698	20,46	507	15,50	514	17,28
	Nível Médio	496	14,54	660	20,17	606	20,38
Tradução/Interpretação	Nível Superior	822	24,09	543	16,60	431	14,49
	Nível Médio	1396	40,91	1562	47,74	1423	47,85
Total		3412	100,00	3272	100,00	2974	100,00

Por outro lado, entre os candidatos ouvintes (Tabela 8), constata-se que a redução de inscritos, que havia sido de 4,10% de 2006 para 2007, passou para 12,84% de 2007 para 2008, resultando em uma redução total de 8,90% de 2006 para 2008. Destaca-se aqui que a redução de inscritos ouvintes foi significativamente maior entre os candidatos com nível superior. Em comparação com 2006, houve um aumento do número de inscrito de nível médio no Prolibras/2008.

3.3.2 CANDIDATOS HABILITADOS

Com relação ao desempenho dos candidatos surdos na primeira etapa do exame (Tabela 9), o percentual de habilitados para a segunda etapa passou de 61,44% em 2006 para 71,56% em 2008. O percentual de habilitados no Prolibras/2008 também ficou acima do percentual verificado no Prolibras/2007 (67,37%). O bom desempenho na primeira etapa entre os candidatos surdos ocorreu de maneira uniforme em todas as certificações/níveis de escolaridade.

Tabela 9 – Candidatos surdos Habilitados nas três edições do Prolibras por Certificação e Escolaridade.

Certificação	Escolaridade	Prolibras/2006		Prolibras/2007		Prolibras/2008	
		Total	%	Total	%	Total	%
Uso e Ensino da Libras	Nível Superior	259	76,40	152	78,35	114	81,43
	Nível Médio	549	56,25	548	65,79	481	70,22
Tradução/ Interpretação	Nível Superior	0*	0,00	2	50,00	2	40,00
	Nível Médio	0*	0,00	4	23,53	12	57,14
Total		808	61,44	706	67,37	609	71,56

* No Prolibras/2006 não havia a opção de certificação em tradução/interpretação para candidatos surdos

Tabela 10 – Candidatos **ouvintes Habilitados** nas três edições do Prolibras por Certificação e Escolaridade.

Certificação	Escolaridade	Prolibras/2006		Prolibras/2007		Prolibras/2008	
		Total	%	Total	%	Total	%
Uso e Ensino da Libras	Nível Superior	275	39,40	254	50,10	353	68,68
	Nível Médio	199	40,12	346	52,42	424	69,97
Tradução/ Interpretação	Nível Superior	458	55,72	317	58,38	310	71,93
	Nível Médio	785	56,23	845	54,10	1068	75,05
Total		1717	50,32	1762	53,85	2155	72,46

Analisando o desempenho dos candidatos ouvintes na primeira etapa do exame (Tabela 10), constata-se que o percentual de habilitados para a segunda melhorou substancialmente, passando de 50,32% no Prolibras/2006 para 72,46% no Prolibras/2008. Esse melhor desempenho também se verifica com relação ao Prolibras/2007, em que o percentual de candidatos ouvintes habilitados foi de 53,85%. Observa-se, ainda, que o melhor desempenho dos candidatos ouvintes na primeira etapa do Prolibras/2008, com relação aos exames anteriores, ocorreu em todas as certificações/níveis de escolaridade.

Os percentuais de habilitados por condição auditiva (surdos e ouvintes) referem-se ao total de inscritos em cada categoria.

3.3.3 CANDIDATOS APROVADOS

A Tabela 11 apresenta o total de candidatos surdos com direito à Certificação (aprovados na segunda etapa), por certificação e escolaridade, nas três edições do Prolibras. Com base nesses dados, constata-se que o percentual de aprovados no Prolibras/2008 foi ligeiramente superior, comparativamente ao Prolibras/2006, passando de 36,50% para 38,66%. Entretanto, comparativamente com o Prolibras/2007, houve uma redução no percentual de aprovados no Prolibras/2008, de 44,47% para

38,66%. Observa-se, ainda, que as diferenças entre percentuais são similares em todas as certificações/níveis de escolaridade.

Um aspecto importante a ser destacado e repensado nas próximas edições do Prolibras, é que em nenhum dos exames realizados houve candidatos surdos aprovados para Certificação em Tradução/Interpretação.

Tabela 11 – Candidatos surdos Aprovados nas três edições do Prolibras por Certificação e Escolaridade.

Certificação	Escolaridade	Prolibras/2006		Prolibras/2007		Prolibras/2008	
		Total	%	Total	%	Total	%
Uso e Ensino da Libras	Nível Superior	110	32,45	109	56,19	61	43,57
	Nível Médio	370	37,91	357	42,86	268	39,12
Tradução/Interpretação	Nível Superior	0*	0,00	0	0,00	0	0,00
	Nível Médio	0*	0,00	0	0,00	0	0,00
Total		480	36,50	466	44,47	329	38,66

* No Prolibras/2006 não havia a opção de certificação em tradução/interpretação para candidatos surdos

Tabela 12 – Candidatos ouvintes Aprovados nas três edições do Prolibras por Certificação e Escolaridade.

Certificação	Escolaridade	Prolibras/2006		Prolibras/2007		Prolibras/2008	
		Total	%	Total	%	Total	%
Uso e Ensino da Libras	Nível Superior	47	6,73	114	22,49	72	14,01
	Nível Médio	82	16,53	191	28,94	159	26,24
Tradução/Interpretação	Nível Superior	178	21,65	193	35,54	122	28,31
	Nível Médio	562	40,26	547	35,02	601	42,23
Total		869	25,47	1045	31,94	954	32,08

Entre os candidatos ouvintes (Tabela 12) constata-se que o percentual de aprovados no Prolibras/2008 (32,08%) foi muito próximo ao percentual de aprovados no Prolibras/2007 (31,94%) e ambos relativamente superiores ao percentual de ouvintes aprovados no Prolibras/2006 (25,47%).

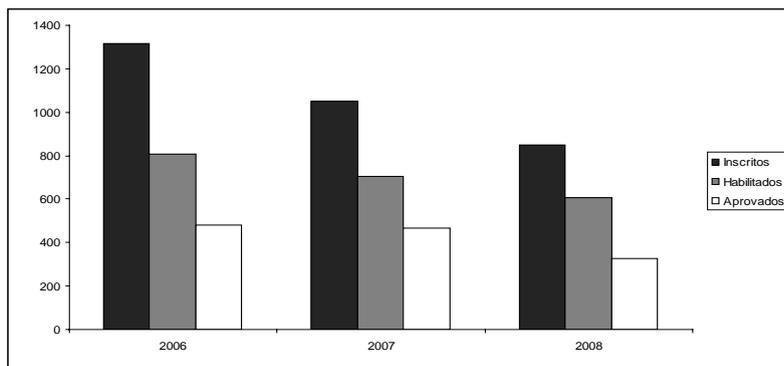


Gráfico 3 – Candidatos **surdos** Inscritos, **Habilitados** e **Aprovados** no Prolibras

Analisando os percentuais de aprovação entre os candidatos ouvintes do Prolibras/2006 para o Prolibras/2008, embora tenha havido uma melhora em todas as certificações/escolaridade, constata-se que houve uma evolução mais significativa entre os candidatos à certificação no Uso e no Ensino da Libras (6,73% para 14,01% entre os candidatos de nível superior e de 16,53% para 26,24% entre os candidatos de nível médio). Por outro lado, comparando-se o percentual de aprovação entre os candidatos ouvintes do Prolibras/2008 com relação ao Prolibras/2007, percebe-se que o percentual de aprovados aumentou apenas entre os candidatos de nível médio da Certificação em Tradução/Interpretação, diminuindo nas demais certificações/níveis de escolaridade.

Os gráficos 3 e 4 resumem a participação e o desempenho dos candidatos **surdos** e **ouvintes** nas três edições do exame Prolibras.

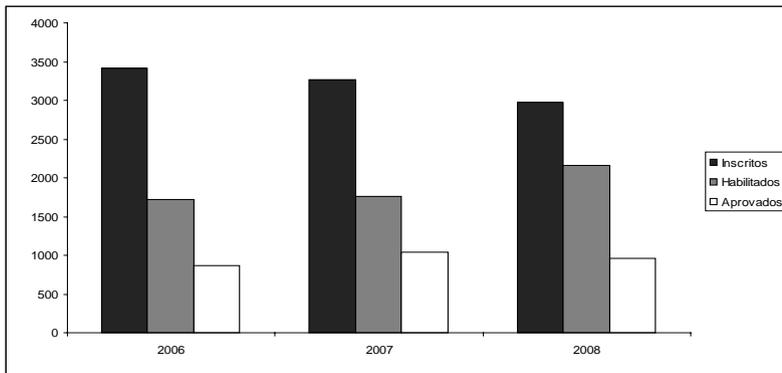


Gráfico 4 – Candidatos ouvintes Inscritos, Habilitados e Aprovados no Prolibras

3.4 PARTICIPAÇÃO E DESEMPENHO NO PROLIBRAS, POR REGIÃO GEOGRÁFICA

Na elaboração das provas da primeira e segunda etapas do Exame Nacional de Certificação na Libras, houve preocupação por parte da comissão pedagógica em contemplar as cinco regiões geográficas do território brasileiro, evitando o regionalismo nas palavras empregadas na Libras. As tabelas 14 e 15 mostram o desempenho dos candidatos das regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Nordeste e Norte, respectivamente, na primeira e na segunda etapas do Prolibras. Com base nessas tabelas, pode-se inferir que o regionalismo dos sinais não interferiu no desempenho dos candidatos.

3.4.1 CANDIDATOS INSCRITOS

O Prolibras é um exame de abrangência nacional, aplicado em todas as unidades da federação (26 estados e Distrito Federal), visando a oportunizar a certificação em Libras a todos os fluentes na Libras, independentemente de sua região de origem. Os exames Prolibras/2006, Prolibras/2007 e Prolibras/2008 foram

aplicados nas capitais dos estados (ou cidades próximas), pois, segundo estatísticas do IBGE e do INEP, os grandes aglomerados urbanos possuem uma maior concentração de surdos, e, por conseguinte, fluentes na Libras.

Analisando a Tabela 13, percebe-se que os percentuais de inscritos em cada região têm mantido certa regularidade nas três edições do exame. Correlacionando-se os dados da Tabela 13 com o Gráfico 1, apresentado na Introdução, constatamos que:

- Nas regiões Sul e Sudeste, o percentual de inscritos no Prolibras encontra-se muito próximo ao percentual de surdos em cada uma dessas regiões (17% dos surdos brasileiros encontram-se na região Sul e 38,61% na região Sudeste);
- Nas regiões Norte e Centro-Oeste, o percentual de inscritos no Prolibras foi superior ao percentual de surdos residentes nessas regiões (7,47% e 6,49%, respectivamente), com destaque para a região Centro-Oeste, onde o percentual de inscritos é mais que o dobro do percentual de surdos;
- Na região Nordeste, o percentual de inscritos (em média 18%) ficou bastante aquém do percentual de surdos da região (aproximadamente 30,50 dos surdos brasileiros residem nessa região).

Tabela 13 – Candidatos inscritos no Prolibras, por ano e por região geográfica

Região	Prolibras/2006		Prolibras/2007		Prolibras/2008	
	Total	%	Total	%	Total	%
Sul	918	19,42	718	16,62	628	16,42
Sudeste	1624	34,36	1661	38,45	1478	38,64
Centro-Oeste	818	17,30	803	18,59	614	16,05
Nordeste	865	18,30	775	17,94	716	18,72
Norte	502	10,62	363	8,40	389	10,17
Total	4727	100,00	4320	100,00	3825	100,00

3.4.2 CANDIDATOS HABILITADOS

O desempenho dos candidatos na primeira etapa (prova objetiva) do Prolibras, conforme pode ser inferido da Tabela 14, embora ligeiramente melhor nas regiões Sul e Sudeste, foi em geral equilibrado em todas as regiões do país.

Tabela 14 – Candidatos habilitados no Prolibras, por ano e por região geográfica

Região	Prolibras/2006		Prolibras/2007		Prolibras/2008	
	Total	%	Total	%	Total	%
Sul	534	58,17	433	60,31	479	76,27
Sudeste	936	57,64	1025	61,71	1069	72,33
Centro-Oeste	431	52,69	399	49,69	446	72,64
Nordeste	423	48,90	447	57,68	513	71,65
Norte	201	40,04	164	45,18	257	66,07
Total	2525	53,42	2468	57,13	2764	72,26

Esse equilíbrio torna-se evidente nos percentuais relativos ao Prolibras/2008, sinalizando um efeito colateral benéfico do exame: o percentual de habilitados aumentou em todas as regiões brasileiras, e esse aumento foi mais expressivo exatamente nas regiões onde o desempenho registrado nas edições anteriores (especialmente no Prolibras/2006) havia ficado abaixo do percentual total de habilitados.

3.4.3 CANDIDATOS APROVADOS

Na segunda etapa (prova prática) do Prolibras, o desempenho dos candidatos, conforme pode ser inferido da Tabela 15, manteve-se praticamente constante na região Sul, oscilou positivamente (2007) e negativamente (2008) nas regiões Sudeste e Nordeste e apresentou uma melhora constante nas regiões Norte e Centro-Oeste.

Tabela 15 – Candidatos aprovados no Prolibras, por ano e por região geográfica

Região	Prolibras/2006		Prolibras/2007		Prolibras/2008	
	Total	%	Total	%	Total	%
Sul	294	32,03	240	33,43	207	32,96
Sudeste	501	30,85	623	37,51	507	34,30
Centro-Oeste	212	25,92	246	30,64	198	32,25
Nordeste	249	28,79	313	40,39	256	35,75
Norte	93	18,53	89	24,52	115	29,56
Total	1349	28,54	1511	34,98	1283	33,54

Comparando-se o percentual de aprovados (portanto, candidatos certificados) entre regiões, constata-se que em geral o desempenho foi bastante similar, com exceção da região Norte, cujo percentual de aprovados ficou abaixo da média nacional nas três edições do exame. Por outro lado, enquanto a região Sul teve melhor desempenho no Prolibras/2006 e a região Nordeste teve melhor desempenho no Prolibras/2007 e no Prolibras/2008, o percentual de aprovados na região Sudeste ficou acima da média nacional nas três edições do exame.

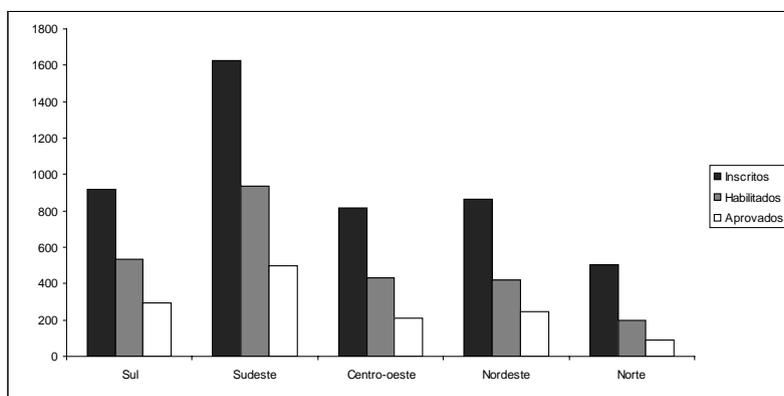


Gráfico 5 – Candidatos Inscritos, Habilitados e Aprovados no Prolibras/2006, por região geográfica

A correlação entre candidatos Inscritos, Habilitados e Aprovados, de acordo com a região de origem dos candidatos, em cada uma das edições do Prolibras pode ser melhor visualizada nos gráficos 5, 6 e 7.

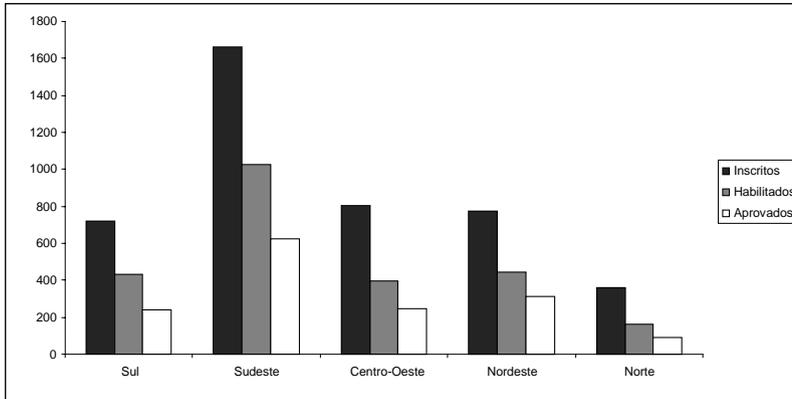


Gráfico 6 – Candidatos Inscritos, Habilitados e Aprovados no Prolibras/2007, por região geográfica

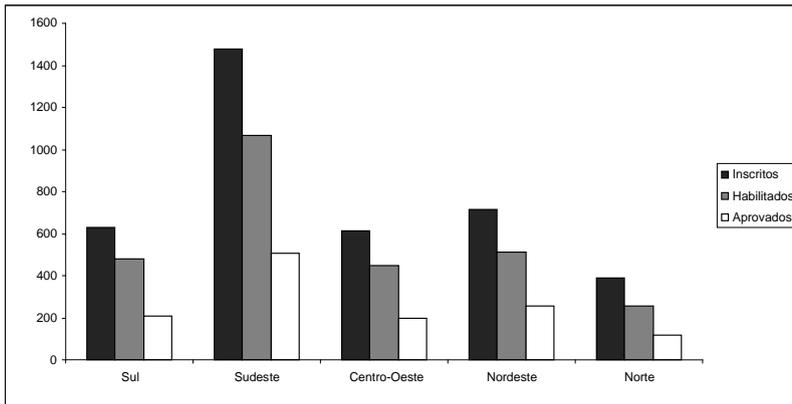


Gráfico 7 – Candidatos Inscritos, Habilitados e Aprovados no Prolibras/2008, por região geográfica

3.5 PARTICIPAÇÃO E DESEMPENHO NO PROLIBRAS, POR LOCAL DE PROVA

A participação e o desempenho na prova objetiva e na prova prática dos candidatos, em cada local de realização das provas, encontra-se detalhada na Tabela 16. Analisando essa tabela, podemos constatar que, embora o número de inscritos esteja em geral relacionado com a população da cidade e do respectivo estado, existem exceções que merecem ser destacadas:

- Cidades como Curitiba, Goiânia, Vitória, Florianópolis e Campo Grande, onde o ensino da Libras e a organização dos surdos é mais efetiva, a quantidade de inscritos foi proporcionalmente superior à população de surdos nessas cidades.
- Embora a quantidade total de inscritos tenha se reduzido gradualmente nas três edições do exame, em algumas cidades, como Palmas, Goiânia e Vitória, a quantidade de inscritos tem aumentado.
- Em algumas cidades, como Fortaleza, Porto Alegre, Aracaju, Natal e Teresina, a redução na quantidade de inscritos foi constante e superior à média nacional.

Tabela 16 – Candidatos Inscritos, Habilitados e Aprovados no Prolibras, por ano e por local de prova

Locais de Prova	Prolibras/2006						Prolibras/2007						Prolibras/2008																
	Inscritos		Habilitados		Aprovados		Inscritos		Habilitados		Aprovados		Inscritos		Habilitados		Aprovados												
	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%											
Brasília	253	57.31	60	23.72	240	54.58	83	34.58	142	69.72	53	37.32	173	59.54	59	34.10	136	77.21	36	26.47									
Florianópolis	163	50.31	50	30.67	130	73.08	79	60.77	101	76	75.25	34	33.66	295	55.93	101	34.24	299	120	40.13	81	27.09	231	167	72.29	44	19.05		
Manaus	90	64.44	26	28.89	84	37	44.05	19	22.62	56	42	75.00	16	28.57	434	62.44	172	39.63	386	256	66.32	174	45.08	401	319	79.55	161	40.15	
Rio de Janeiro	186	51.08	50	26.88	218	128	58.72	90	41.28	135	98	72.59	48	35.56	273	70.70	121	44.32	240	156	65.00	94	39.17	147	119	80.95	50	34.01	
Salvador	718	57.66	184	25.63	797	484	60.73	265	33.25	677	454	67.06	217	32.05	350	54.57	113	32.29	349	197	56.45	123	35.24	225	164	72.89	78	34.67	
Porto Alegre	472	50.42	114	24.15	342	195	57.02	101	29.53	345	255	73.91	121	35.07	122	60	49.18	32	26.23	129	88	68.22	61	47.29	175	132	75.43	51	29.14
São Paulo	52	21.15	9	17.31	40	24	60.00	18	45.00	30	20	66.67	5	16.67	52	11	21.15	9	17.31	40	24	60.00	18	45.00	30	20	66.67	5	16.67
Campinas-SP	55	63.64	27	49.09	36	20	55.56	17	47.22	55	32	58.18	12	21.82	São Cristóvão-SE														
Belo Horizonte															Maceió														
Curitiba																													
Vitória																													
Aracaju																													
São Cristóvão-SE																													
Maceió																													

Recife	135	72	53.33	41	30.37	105	63	60.00	40	38.10	120	97	80.83	56	46.67
João Pessoa	86	52	60.47	35	40.70	73	47	64.38	32	43.84	107	82	76.64	44	41.12
Natal	69	27	39.13	8	11.59	56	28	50.00	12	21.43	41	28	68.29	16	39.02
Teresina	52	17	32.69	9	17.31	52	22	42.31	14	26.92	29	13	44.83	4	13.79
São Luis	67	32	47.76	20	29.85	65	20	30.77	11	16.92	98	67	68.37	37	37.76
Belém	131	57	43.51	25	19.08	120	65	54.17	39	32.50	113	75	66.37	38	33.63
Macapá	100	41	41.00	21	21.00	42	17	40.48	11	26.19	60	40	66.67	18	30.00
Rio Branco	67	19	28.36	8	11.94	31	10	32.26	6	19.35	51	39	76.47	16	31.37
Porto Velho	64	18	28.13	8	12.50	21	8	38.10	4	19.05	44	19	43.18	7	15.91
Boa Vista	22	5	22.73	3	13.64	33	12	36.36	4	12.12	22	18	81.82	9	40.91
Palmas	28	3	10.71	2	7.14	32	15	46.88	6	18.75	43	24	55.81	11	25.58
Cuiabá	75	28	37.33	16	21.33	89	50	56.18	27	30.34	82	54	65.85	26	31.71
Campo Grande	195	93	47.69	35	17.95	175	98	56.00	55	31.43	159	126	79.25	75	47.17
TOTAL	4727	2525	53.42	1349	28.54	4320	2468	57.13	1511	34.98	3825	2764	72.26	1283	33.54

Analisando o desempenho dos candidatos na prova objetiva por local de prova, constata-se que o percentual de habilitados em cada local de prova tem aumentado na mesma proporção que a média nacional, com exceção de algumas cidades, como Goiânia, Manaus, Maceió e São Luiz, onde o percentual de habilitados no Prolibras/2007 foi inferior ao Prolibras/2006. Analisando as cidades com melhor/pior desempenho na prova objetiva em cada edição do exame, temos:

- No Prolibras/2006, o melhor desempenho na prova objetiva foi registrado nas cidades de Porto Alegre, Manaus e Maceió enquanto as cidades de Palmas, Aracaju e Boa Vista registraram os menores percentuais de habilitados.
- No Prolibras/2007, o melhor desempenho na prova objetiva foi registrado nas cidades de Fortaleza, Vitória e Rio de Janeiro enquanto as cidades de Belém, Rio Branco e Boa Vista registraram os menores percentuais de habilitados.
- No Prolibras/2008, o melhor desempenho na prova objetiva foi registrado nas cidades de Boa Vista, Recife e Porto Alegre enquanto as cidades de Porto Velho, Teresina e Palmas registraram os menores percentuais de habilitados.

Com relação ao percentual de aprovados (certificados) por local de prova, pode-se concluir que o desempenho dos candidatos nos diferentes locais de prova não seguiu o comportamento nacional verificado nas três edições do exame (em que o percentual de aprovados no Prolibras/2007 foi superior ao percentual de aprovados nos demais exames, embora o desempenho no Prolibras/2008 tenha sido bastante similar). Em algumas cidades, como Florianópolis, Goiânia e Porto Alegre, o percentual de aprovados foi melhor no Prolibras/2006, enquanto em outras cidades, como Curitiba, Recife, Natal e Campo Grande, o percentual de aprovados foi

maior no Prolibras/2008. Analisando as cidades com melhor/pior desempenho na prova prática em cada edição do exame, temos:

- No Prolibras/2006, o melhor percentual de aprovação (certificação) verificou-se nas cidades de Maceió, Porto Alegre, João Pessoa e Rio de Janeiro enquanto Palmas, Natal e Rio Branco registraram os menores percentuais de aprovados.
- No Prolibras/2007, o melhor desempenho foi registrado nas cidades de Fortaleza, Vitória e Maceió enquanto as cidades de Boa Vista, São Luis e Palmas registraram os menores percentuais de aprovados.
- No Prolibras/2008, o melhor desempenho foi registrado nas cidades de Campo Grande, Recife e João Pessoa enquanto as cidades de Teresina, Porto Velho e São Cistovão-SE registraram os menores percentuais de aprovados.

3.6 PARTICIPAÇÃO E DESEMPENHO NO PROLIBRAS, POR SEXO

A participação e o desempenho no Prolibras segundo o sexo dos candidatos estão ilustrados no Gráfico 8 e detalhados na Tabela 17. Analisando os dados apresentados, constata-se que a participação feminina foi predominante nas três edições do exame Prolibras já realizadas: aproximadamente 75% dos candidatos são do sexo feminino. Por outro lado, o desempenho dos candidatos do sexo masculino foi mais expressivo tanto na prova objetiva quanto na prova prática. Na prova objetiva, o percentual de habilitados do sexo feminino foi inferior ao masculino nos exames Prolibras/2006 e Prolibras/2007 e similar no Prolibras/2008; já na prova prática o percentual de candidatos do sexo masculino foi superior ao feminino em todas as edições do exame.

3.7 PARTICIPAÇÃO E DESEMPENHO NO PROLIBRAS, POR COR/RAÇA

A participação e o desempenho no Prolibras segundo a cor/raça dos candidatos estão detalhados na Tabela 18 e ilustrados, por ano, nos gráficos 9, 10 e 11. Analisando os dados apresentados, constata-se que a participação no Prolibras por cor/raça corresponde aproximadamente ao percentual ponderado dos inscritos com relação à cor/raça da população de cada região. Com relação ao desempenho, tanto na prova objetiva quanto na prova prática, conclui-se que o fator cor/raça não teve influência significativa nos resultados obtidos, uma vez que tanto o percentual de habilitados quanto o percentual de aprovados em cada cor/raça ficaram próximos da média nacional.

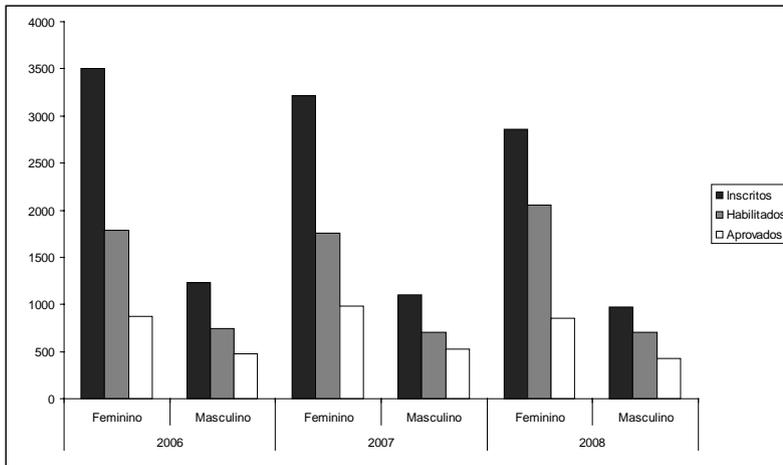


Gráfico 8 – Candidatos Inscritos, Habilitados e Aprovados no Prolibras, por sexo

Tabela 17 – Candidatos Inscritos, Habilitados e Aprovados no Prolibras, por ano e sexo

Sexo	Prolibras/2006				Prolibras/2007				Prolibras/2008						
	Inscritos	Habilitados		Aprovados		Inscritos	Habilitados		Aprovados		Inscritos	Habilitados		Aprovados	
		Total	%	Total	%		Total	%	Total	%		Total	%	Total	%
Feminino	3500	1785	51.00	872	24.91	3215	1761	54.77	985	30.64	2854	2056	72.04	852	29.85
Masculino	1227	740	60.31	477	38.88	1105	707	63.98	526	47.60	971	708	72.91	431	44.39
TOTAL	4727	2525	53.42	1349	28.54	4320	2468	57.13	1511	34.98	3825	2764	72.26	1283	33.54

Tabela 18 – Candidatos Inscritos, Habilitados e Aprovados no Prolibras, por ano e cor/raça

Cor/Raça	Prolibras/2006				Prolibras/2007				Prolibras/2008						
	Inscritos	Habilitados		Aprovados		Inscritos	Habilitados		Aprovados		Inscritos	Habilitados		Aprovados	
		Total	%	Total	%		Total	%	Total	%		Total	%	Total	%
Amarela	114	53	46.49	36	31.58	116	66	56.90	37	31.90	95	66	69.47	32	33.68
Branca	2738	1516	55.37	783	28.60	2442	1442	59.05	848	34.73	2094	1537	73.40	704	33.62
Indígena	29	15	51.72	6	20.69	24	13	54.17	10	41.67	23	16	69.57	10	43.48
Parda	1528	775	50.72	427	27.95	1405	763	54.31	491	34.95	1308	929	71.02	427	32.65
Preta	318	166	52.20	97	30.50	333	184	55.26	125	37.54	305	216	70.82	110	36.07
TOTAL	4727	2525	53.42	1349	28.54	4320	2468	57.13	1511	34.98	3825	2764	72.26	1283	33.54

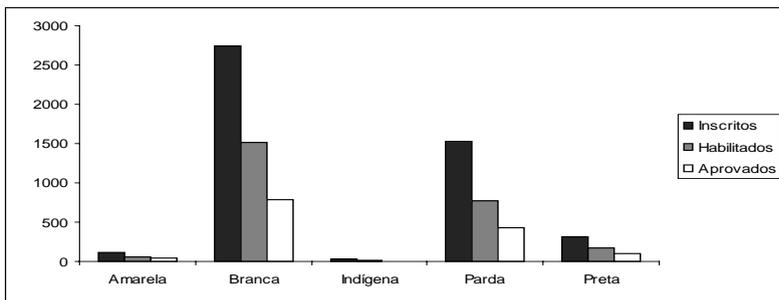


Gráfico 9 – Candidatos Inscritos, Habilitados e Aprovados no Prolibras/2006, por cor/raça

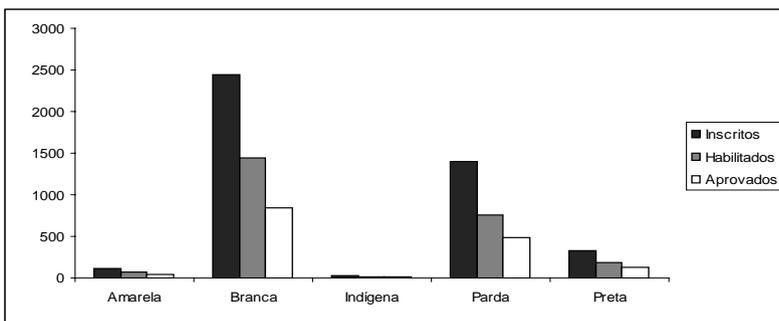


Gráfico 10 – Candidatos Inscritos, Habilitados e Aprovados no Prolibras/2007, por cor/raça

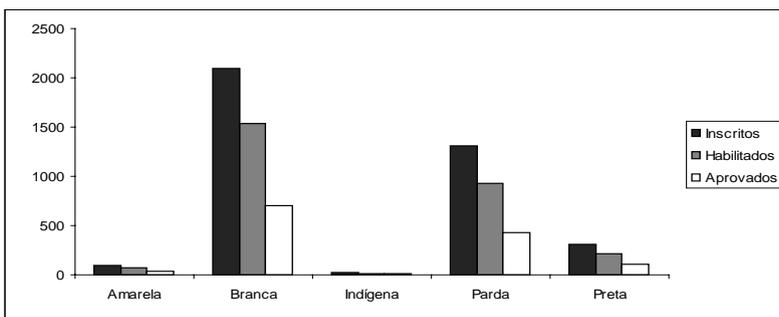


Gráfico 11 – Candidatos Inscritos, Habilitados e Aprovados no Prolibras/2008, por cor/raça

3.8 PARTICIPAÇÃO E DESEMPENHO NO PROLIBRAS, POR IDADE

A participação e o desempenho no Prolibras segundo a faixa etária dos candidatos estão detalhados na Tabela 19 e ilustrada, por ano, nos gráficos 12, 13 e 14. Analisando os dados apresentados, constata-se que mais de 50% dos participantes no Prolibras possuem entre 21 e 35 anos e que o percentual de inscritos nessa faixa etária tem se mantido estável. Constata-se ainda que o percentual de participantes com menos de 20 anos tem aumentado regularmente, enquanto o percentual de participantes com mais de 35 anos está se reduzindo gradativamente.

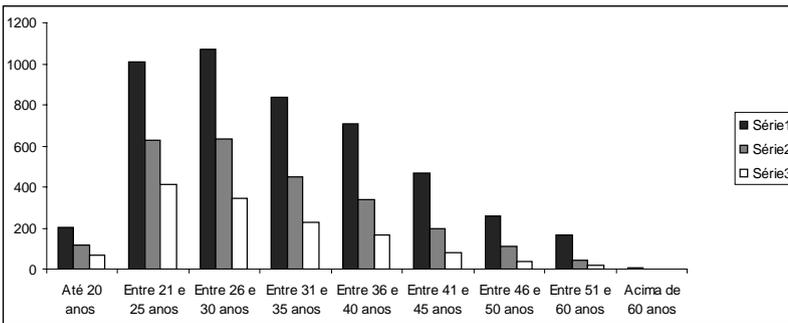


Gráfico 12 – Candidatos Inscritos, Habilitados e Aprovados no Prolibras/2006, por faixa etária

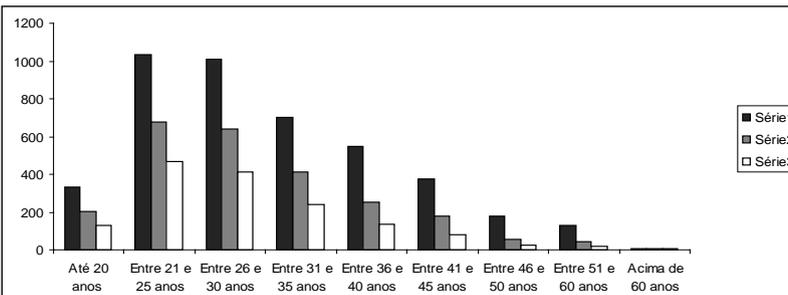


Gráfico 13 – Candidatos Inscritos, Habilitados e Aprovados no Prolibras/2007, por faixa etária

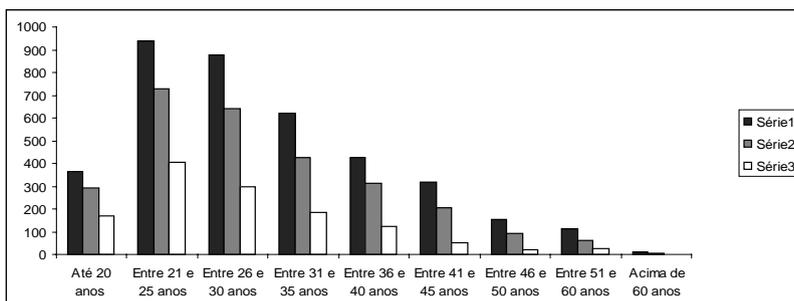


Gráfico 14 – Candidatos Inscritos, Habilitados e Aprovados no Prolibras/2008, por faixa etária

Com relação ao desempenho na prova objetiva, nas duas primeiras edições do exame, o percentual de habilitados com menos de 35 anos ficou acima da média nacional, sendo que o melhor desempenho ficou entre os candidatos na faixa etária entre 21 e 30 anos; no Prolibras/2008, o percentual de habilitados teve uma distribuição mais equilibrada nas diversas faixas etárias consideradas, com destaque para os candidatos com menos de 25 anos.

Na prova prática, o desempenho dos candidatos segundo a faixa etária foi similar ao desempenho verificado na prova objetiva, destacando-se que o melhor índice de aprovação registrou-se entre os candidatos de 21 a 25 anos no Prolibras/2006 e no Prolibras/2007, e entre os candidatos com até 20 anos no Prolibras/2008.

3.9 NÚMEROS FINAIS

A participação e o desempenho dos candidatos nas três edições do exame Prolibras, por Certificação e Nível de Escolaridade, está detalhada na Tabela 20 e ilustrada no Gráfico 15. Os percentuais apresentados na Tabela 20 referem-se, respectivamente, ao total geral de inscritos, habilitados e aprovados (certificados).

Tabela 20 – Candidatos Inscritos, Habilitados e Aprovados nas três edições do Prolibras

Certificação	Escolaridade	Inscritos		Habilitados		Aprovados	
		Total	%	Total	%	Total	%
Uso e Ensino da Libras	Nível Superior	2392	18.58	1407	18.14	513	12.38
	Nível Médio	4256	33.06	2547	32.83	1427	34.44
Tradução/ Interpretação	Nível Superior	1805	14.02	1089	14.04	493	11.90
	Nível Médio	4419	34.33	2714	34.99	1710	41.27
Total		12872	100.00	7757	100.00	4143	100.00

Os números apresentados atestam a efetividade do exame Prolibras no cumprimento dos objetivos estabelecidos no Decreto n. 5.626/2005 e justificam os esforços realizados até aqui, uma vez que o Prolibras tem contribuído para a inclusão social e profissional dos surdos e difundido nacionalmente a Libras, através da certificação de 1.940 profissionais para o Uso e Ensino da Libras e 2.203 profissionais para atuarem na Tradução/Interpretação da Libras/Língua Portuguesa/Libras.

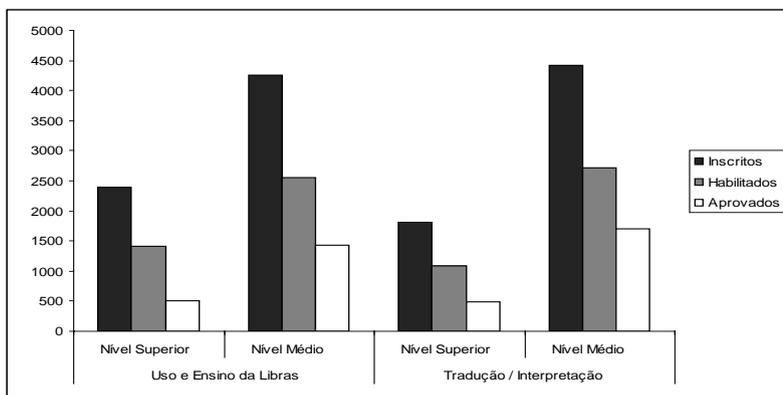


Gráfico 15 – Candidatos Inscritos, Habilitados e Aprovados nas três edições do Prolibras

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na introdução deste livro foi possível obter uma noção exata do significado da Libras, enquanto forma de comunicação por parte da comunidade surda brasileira, sua dimensão e distribuição no território nacional, e sobre os meios pelos quais têm sido desenvolvidas as ações para uma efetiva inclusão do surdo na sociedade.

Os movimentos sociais têm desempenhado um papel preponderante para que os direitos sociais legítimos dos diversos segmentos da população brasileira sejam respeitados e colocados em prática.

É fato que as leis e suas regulamentações apenas legitimam as ações. No entanto, é preciso muita vontade política para que essas leis sejam colocadas em prática.

No caso específico da Libras, o seu reconhecimento se deu em 2002 através da Lei n. 10.436 (Lei da Libras), regulamentada três anos após pelo Decreto 5.626/2005. Essa legitimação, sem dúvida, foi o primeiro e importante passo para que hoje pudéssemos estar apresentando os resultados do Prolibras.

Em 2006, o Governo Federal, por intermédio do Ministério da Educação, baixou a Portaria Normativa n. 11,

criando o Exame Nacional de Certificação de Proficiência em Língua Brasileira de Sinais (Libras) e o Exame Nacional de Certificação de Proficiência em Tradução e Interpretação da Libras/Língua Portuguesa/Libras, denominado Prolibras. Essa Portaria previa para o referido exame uma periodicidade anual, a ser executada de 2006 a 2016, uma ação transitória, mas necessária em razão da falta de profissionais capacitados para a formação de professores, tradutores e intérpretes que terão a função de difundir a Libras e contribuir para a inclusão dos surdos no mercado de trabalho.

Se levarmos em consideração que, dos cerca de cinco milhões e meio de surdos existentes no Brasil, pouco mais de um por cento se encontra nas escolas, é possível concluir que o Prolibras veio para tentar minimizar, a curto prazo, essa situação de exclusão desse segmento na sociedade, e que tanto tem a contribuir para o desenvolvimento do país.

Diante da experiência e pioneirismo da Universidade Federal de Santa Catarina no ensino da Libras, que oferece cursos de Licenciatura e Bacharelado, o MEC, através da Portaria que instituiu o Prolibras, designou a Instituição para, em cumprimento ao programa, executar o primeiro exame de certificação na Libras.

Previsto inicialmente para o segundo semestre de 2006, o Prolibras/2006 só veio a ser aplicado no primeiro semestre de 2007 em razão das dificuldades encontradas para a sua viabilização. É importante considerar que, além de se tratar de sua primeira edição, a complexidade na execução do projeto e sua aplicação em todos os estados brasileiros, tornaram o exame uma experiência ímpar para a Comissão Permanente do Vestibular da UFSC – COPERVE, responsável pela sua aplicação.

Quando não se tem uma história para servir de referência às decisões a serem tomadas, tudo se torna mais difícil. No entanto, o desafio de enfrentar o desconhecido teve como estímulo o objetivo de poder proporcionar à comunidade

surda a oportunidade de uma melhor formação, visando a sua inclusão social.

O resultado positivo obtido com a aplicação da primeira edição desse exame (Prolibras/2006), em que os objetivos propostos foram alcançados, credenciou a Universidade Federal de Santa Catarina para realizar as suas duas outras edições aplicadas até aqui, o Prolibras/2007 e o Prolibras/2008.

É importante ressaltar também as parcerias com as diversas instituições de ensino dos estados brasileiros que participaram do Prolibras, sem as quais seria impossível sua execução.

Essas instituições não apenas disponibilizaram seus espaços físicos para a realização dos eventos. O engajamento das equipes de profissionais, professores e servidores técnico-administrativos, ligados ou não diretamente à comunidade surda, em torno do objetivo comum de dar oportunidade àquelas pessoas marginalizadas por suas deficiências auditivas, foi o mais importante e fundamental para o sucesso dessas três primeiras edições do Prolibras.

Concluindo, esperamos que, ao final da aplicação deste Projeto, em 2016, a realidade apontada pelo IBGE seja significativamente alterada, e que o aumento do número de surdos frequentando as escolas retrate os objetivos propostos pelo Prolibras.

Quanto a nossa participação neste processo, o sentimento é de orgulho e de gratificação por poder interagir com a comunidade surda proporcionando-lhe uma esperança maior de inclusão social, para que possa mostrar seu potencial na participação da construção de nosso país, um país melhor, um país de todos.

REFERÊNCIAS

BELLUGI; KLIMA, E. The Roots of Language in the Sign Talk of the Deaf. *Psychology Today*, New York, v. 6, p. 61-76, 1972.

CHOMSKY, N. Bare Phrase Structure. In: WEBELHUTH, G. *Government and Binding and the Minimalist Program*. Blackwell: Oxford & Cambridge USA, 1995. p. 383-440.

FERREIRA BRITO, L. *Por uma gramática das línguas de sinais*. UFRJ. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

KARNOPP, L. B. *Aquisição do parâmetro configuração de mão dos sinais da LIBRAS: estudo sobre quatro crianças surdas, filhas de pais surdos*. Dissertação. Instituto de Letras e Artes. PUCRS. Porto Alegre. 1994.

LILLO-MARTIN, D. C. *Parameter setting: evidence from use, acquisition, and breakdown in American Sign Language*. Doctoral Dissertation. University of California, San Diego. University Microfilms International, Ann Arbor, Michigan. 1986.

QUADROS, R. M. *Educação de surdos: a aquisição da linguagem*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. *Língua de Sinais Brasileira: estudos lingüísticos*. Porto Alegre: Artes Médicas, 2004.

QUADROS, R. M. Políticas lingüísticas e educação de surdos em Santa Catarina: espaço de negociações In: *Cad. CEDES*, v. 26, n. 69 Campinas May/Aug. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010132622006000200003&lng=en&nrm=iso> Acesso em: 03 abr. 2009.

SIPLE, P. *Understanding Language Through Sign Language Research*. Academic 1 Press. New York. San Francisco. London. 1978.

SKUTNABB-KANGAS, T. Linguistics Human Rights. A prerequisite for bilingualism. In *Bilingualism in deaf education*. Ahlgren & Hyttenstam (ed.) Hamburg: Signum-Verl. 1994. p. 139-160.

STOKOE, W. C.; CASTERLINE, D. C.; CRONEBERG, C. G. *A dictionary of American Sign language on Linguistic principles*. New Edition. Listok Press. 1976.

SOBRE OS AUTORES

RONICE MÜLLER DE QUADROS

Professora do Departamento de Língua e Literatura Estrangeiras – LLE da Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC e Pesquisadora da Língua de Sinais Brasileira

JULIO FELIPE SZEREMETA

Professor do Departamento de Informática e Estatística – INE/UFSC e Presidente da Comissão Permanente do Vestibular da Universidade Federal de Santa Catarina

EDEMIR COSTA

Professor do Departamento de Odontologia – ODT/UFSC. Ex-Presidente da Comissão Permanente do Vestibular e Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento da Universidade Federal de Santa Catarina

MARIA LUIZA FERRARO

Professora do Colégio de Aplicação – CA/UFSC e Coordenadora Pedagógica da Comissão Permanente do Vestibular da Universidade Federal de Santa Catarina

OLINTO JOSÉ VARELA FURTADO

Professor do Departamento de Informática e Estatística – INE/UFSC e Coordenador de Informática da Comissão Permanente do Vestibular da Universidade Federal de Santa Catarina

JOÃO CARLOS DA SILVA

Técnico em Educação, Coordenador de Logística da Comissão Permanente do Vestibular da Universidade Federal de Santa Catarina